**Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN.**

###### ATA DA 21ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 21ª Reunião realizada em 25 de junho de 2012, às quatorze horas e trinta e oito minutos, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes (PCdoB/MG)** e com a presença da Senhora Senadora: **Ana Rita (PT/ES);** da Senhora Deputada: **Rosane Ferreira (PV/PR);** do Senhor Deputado: **Dr. Rosinha (PT/PR)** e da Deputada Federal, não membro da Comissão, **Cida Borghetti** **(PP/PR).** Deixam de comparecer as Senhoras Senadoras: **Marta Suplicy (PT/SP); Ângela Portela (PT/RR); Ana Amélia (PP/RR); Lúcia Vânia (PSDB/GO) e Maria do Carmo Alves (DEM/SE);** eo Senhores Senadores: **Sérgio Souza (PMDB/PR) e Armando Monteiro (PTB/PE);** as Senhoras Deputadas: **Marina Santanna (PT/GO); Teresa Surita (PMDB/RR); Rebecca Garcia (PP/AM); Prof. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO); Gorete Pereira (PR/CE); Keiko Ota (PSB/SP); Sueli Vidigal (PDT/ES); Carmem Zanotto (PPS/SC) e Célia Rocha (PTB/AL)** e do Senhor Deputado: **Eduardo Azeredo (PSDB/MG). N**a oportunidade foi realizada Audiência Pública com a participação das seguintes autoridades: **Desembargadora Denise Krugner**, Representando o Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná; **Dra. Josiane Fruet Lupion**, Defensora Pública-Geral do Paraná; **Dra. Cláudia Martins**, Promotora de Justiça da Violência Doméstica, Representando a Procuradoria-Geral de Justiça; **Dr. Fabio Lourenço Bruzamolin**, Promotor de Justiça; **Sr. Reinaldo de Almeida César**, Secretário de Segurança Pública do Paraná; **Sra. Maria Tereza Gomes**, Secretária da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná; **Sra. Maria Huçulck**, Superintendente da Secretaria de Estado de Saúde; **Sra. Maria Cristina Ferreira**, Coordenadora de Proteção Social e Especial, Representando a Secretaria de Família e Desenvolvimento Social do Paraná.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Boa tarde a todos e a todas!

Queria, em primeiro lugar, agradecer a presença de todas os que estão aqui, reforçando as iniciativas da CPMI.

Em segundo lugar, queria agradecer especialmente ao Presidente da Assembleia Legislativa, juntamente com o Deputado José Lemos, que está aqui, a Deputada Luciana e Deputada Marla Tureck que esteve presente deste o começo, apoiando essa iniciativa.

Queríamos apenas informar, antes de estabelecer o roteiro do trabalho, que esta é uma Comissão especial que realiza audiência pública sob o Regimento das duas Casas. Nesta audiência pública, nós escutaremos as autoridades responsáveis, que serão inquiridas pelos Parlamentares federais aqui presentes.

Nós teremos também oportunidade de escutar a representação da sociedade civil. Logo, nós queremos informar que a dinâmica não comporta intervenções outras que não aquelas questões que nós vamos passar aos convidados presentes a esta audiência pública.

Este é o sétimo Estado visitado pela CPMI e, sem dúvida nenhuma – temos certeza – que, a partir da visita ao Governador do Estado em exercício, Flávio Arns, junto com seu secretariado e das visitas e diligências que realizamos nas diversos instituições que integram o sistema de proteção, prevenção e punição à violência contra a mulher, teremos uma audiência pública produtiva.

Declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criado pelo Requerimento nº 4, de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública na cidade de Curitiba com os seguintes convidados. Vamos nominar todos, mas na hora da audiência nós convidaremos cada um para que possa se colocar, já que não cabe na mesa o conjunto das autoridades que serão escutadas.

São os seguintes os convidados: Dr. Reinaldo de Almeida Cesar, Secretário de Segurança Pública do Paraná; representando o Presidente do TJ do Paraná a Desembargadora Denise Krüger; representando o Procurador-Geral de Justiça do Paraná, Procurador Flávio Bruzamolin Lourenço e a Procuradora Cláudia Martins; representando a Secretaria da Família e do Desenvolvimento Social do Paraná a Drª Mara Cristina; representando o Secretário de Saúde do Paraná, que esteve conosco pela manhã; Drª Márcia Huçulak; a Secretária de Justiça e Cidadania e Direitos Humanos do Paraná, Srª Maria Tereza Gomes, e a Defensora Pública Geral do Paraná, Drª Josiane Fruet Lupion.

Antes de passar a palavra à relatora, informo que os convidados terão até 20 minutos para sua exposição, em que colocarão as questões centrais. O desenvolvimento do relatório será entregue por escrito, para que possa constar nos Anais da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Com a palavra a Senadora Ana Rita, que é a relatora da CPMI.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Boa tarde a todos e a todas!

Quero, inicialmente, agradecer a presença de todos vocês, de todas as autoridades de todos os Poderes constituídos aqui no Estado do Paraná, agradecer também a presença de representantes da sociedade civil, dos movimentos de mulheres e de todas as entidades que aqui estão.

Antes de iniciarmos propriamente nosso processo de inquirição, porque essa é uma audiência pública e nós vamos inquirir as autoridades públicas desse Estado, quero aqui mencionar que ontem à tarde fizemos uma reunião com as entidades da sociedade civil. Tivemos, mais ou menos, de duas a três horas de conversa. Ouvimos atentamente todas as entidades, as questões que foram colocadas, para que pudéssemos também ter mais subsídios para esta reunião de hoje.

Hoje cedo tivemos uma audiência com o Governador em exercício, Sr. Flávio Arns, que reuniu toda a sua equipe de trabalho, os principais Secretários de Estado, que têm interface com a questão de violência contra a mulher. O Governador assumiu o compromisso de tomar a violência contra as mulheres como uma prioridade do Estado. Essa prioridade será refletida, com certeza, com maior investimento em recursos financeiros para que possa dar conta das demandas que este Estado tem.

Conforme já foi dito pela nossa Presidenta, o objetivo desta Comissão é investigar a situação da violência contra a mulher no País, mas também o de apurar se está havendo omissão por parte do Estado brasileiro na aplicação do conjunto de leis que nós temos no País e, em particular, da Lei Maria da Penha. Nós queremos saber por que as mulheres brasileiras continuam sendo mortas, apesar de o Estado brasileiro ter uma legislação que nós consideramos eficiente e reconhecida internacionalmente. Então, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tem este foco: apurar a omissão, ou não, do Estado brasileiro.

Esta audiência pública que nós estamos realizando no Estado do Paraná é a sétima audiência pública realizada nos Estados. Já passamos pelo Estado de Pernambuco, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Alagoas, hoje estamos aqui e na próxima sexta-feira estaremos Estado de São Paulo.

Os critérios que utilizamos para fazer visitas são os Estados que, pelo Mapa da Violência do Instituto Sangari, apresentam os maiores índices de violência e também os Estados que têm uma população mais numerosa.

É importante destacar que o Estado do Paraná tem um dado assustador: é o terceiro Estado de maior incidência de homicídios femininos, com uma média de 6,3 homicídios para cada 100 mil mulheres, 100 mil habitantes, perdendo para o Estado do Espírito Santo, que está em primeiro lugar, e para o Estado de Alagoas, que está em segundo lugar. Essa taxa de homicídio é inaceitável. Por isso, consideramos que diminuir os homicídios de mulheres deve ser uma prioridade de todos os Poderes constituídos. Portanto, é uma prioridade do Poder Executivo, deve ser uma prioridade do Poder Judiciário, do Ministério Público e das Defensorias Públicas.

Consideramos que as mortes de mulheres são mortes anunciadas, porque as mulheres vítimas de violência, ao procurar a proteção do Estado, nem sempre essa proteção chega a tempo. Por isso elas são mortas, são assassinadas.

Outra característica importante é que os homicídios de mulheres não acontecem apenas nas grandes cidades, ou nas regiões metropolitanas. Os homicídios também estão sendo interiorizados; estão chegando ao interior dos Estados.

Então, entre os cem Municípios mais violentos para as mulheres, dez estão no Paraná, e Piraquara é o segundo Município onde mais morrem mulheres no Brasil. Portanto, aqui há um enorme desafio para o Estado do Paraná: investir para que esse Município saia dessa posição.

Quero aqui também fazer um destaque que considero muito importante, de uma iniciativa positiva deste Estado: o Instituto Médico Legal realiza as perícias, no caso de violência sexual, nos hospitais, sem a necessidade de as vítimas se deslocarem para o Instituto Médico Legal. Essa é uma iniciativa importante, porque não expõe as vítimas e facilita, inclusive, o recolhimento do material.

Nós instamos as autoridades aqui presentes a considerarem a expansão dessa iniciativa para todo o Estado, através de convênio com as universidades. Então, fazemos esse apelo, esse pedido, como Relatora desta Comissão, para que essa iniciativa realmente possa ser ampliada para todo o Estado do Paraná e, com certeza, sendo uma iniciativa positiva, constará do nosso relatório como uma sugestão a ser apreciada pelos demais Estados brasileiros.

Tento em vista o fato já mencionado de que o Paraná ocupa a constrangedora posição de terceiro Estado onde mais morrem mulheres, quero aqui já fazer três perguntas aos nossos convidados, às autoridades aqui presentes, para que, ao fazerem as suas falas, expondo quais são as políticas que estão sendo implementadas ou que estão em vias de serem implementadas aqui para superação deste problema da violência contra a mulher, para enfrentar essa realidade tão dura, que também possam já nos responder essas três questões.

Faço as seguintes perguntas para todas as autoridades, do Poder Executivo, do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, além de outras questões que vocês, com certeza, irão colocar, a fim de obter as seguintes informações: o que as autoridades aqui presentes, Poder Executivo, Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, de forma individual ou de forma conjunta entre esses Poderes, estão fazendo para diminuir a letalidade contra mulheres e tirar o Estado do Paraná dessa incômoda situação de terceiro Estado em homicídio contra as mulheres?

Outra questão: quais as maiores dificuldades para a efetividade das ações de enfrentamento às violências contra as mulheres? Quando falo nas violências contra as mulheres, não é somente a violência física; é a violência sexual, é a violência psicológica, é a violência patrimonial, é a violência moral, enfim, todo tipo de violência já prevista na nossa legislação.

Qual o orçamento para as ações específicas de cada instituição para o enfrentamento à violência contra as mulheres em 2012 e 2013? Então, esta informação para nós é fundamental: saber se existem recursos já previstos, já programados, para este ano e para o próximo ano.

Posteriormente, à medida que vocês forem se posicionando e falando, nós vamos fazer novas perguntas, não só eu, como todos os Parlamentares aqui que compõem a nossa Comissão.

Em princípio, essas são as três perguntas que eu faço como Relatora para todos os Poderes aqui representados.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós queremos chamar, em primeiro lugar, para dar o seu depoimento, o Secretário de Segurança Pública do Paraná, Sr. Reinaldo de Almeida Cesar, já passando a palavra para a Senadora que fará especificamente para ele...(*Pausa*.)

Queria apenas completar, Dr. Reinaldo, solicitando ao senhor duas questões. Em primeiro lugar, se não estou informada equivocadamente, nós temos uma conquista, que é o funcionamento da delegacia de Curitiba durante 24 horas. Isso é muito importante comparando com outras iniciativas. Mas também me parece que as delegacias do interior integram o plantão geral. Em alguns Estados, nós vimos que isso dificulta porque reduz o tempo disponível para a atenção especializada no atendimento à mulher. Deixamos registrada a possibilidade de retirar as delegacias especializadas do interior do plantão geral. Em segundo lugar, em relação ao boletim unificado, que significa agilização, informatização dos registros policiais, mas que, para o caso da violência doméstica, tem um componente que traz a dificuldade de detectar quais os casos de violência doméstica, de violência sexual, de lesões graves, de tentativas de homicídio, e qual a possibilidade de se adequarem os boletins unificados para atender às necessidades de registro de violência doméstica.

O senhor tem a palavra por até 15 minutos para se colocar, agradecendo desde já a presença de toda a equipe de Segurança Pública e Defesa Social do Estado, que com certeza poderá dar as informações especializadas que nos queremos durante a audiência.

O senhor dispõe de até 15 minutos.

**O SR. REINALDO DE ALMEIDA CESAR** – Queria cumprimentar inicialmente a Deputada Jô Moraes, Presidente desta CPMI, cumprimentar a Senadora Ana Rita, Relatora desta CPMI, cumprimentar os Deputados Federais, Rosane Ferreira, Cida Borghetti, Dr. Rosinha, as Deputadas estaduais Marla Tureck, Luciana Rafagnin, o Deputado Estadual Tadeu Veneri, o Deputado Estadual Professor Lemos, que aqui avistei. Quero dizer da minha honra pessoal em poder contribuir, trazendo alguns elementos de reflexão sobre tema tão importante para todos nós como o enfrentamento da violência que vitima as mulheres no Paraná e no Brasil.

Eu me faço acompanhar, para que tenhamos uma dinâmica e um resultado produtivo do ponto de vista do que aqui for discutido, debatido, do Comandante-Geral em exercício da Polícia Militar do Paraná, Coronel Cesar Alberto Souza, do Diretor-Geral do Instituto Médico Legal do Paraná, Dr. Porcídio Vilani, do Diretor-Geral do Instituto de Criminalística do Paraná, Dr. Antônio Siqueira. Igualmente integram esta comitiva da Secretaria de Segurança Pública o Chefe da Divisão de Polícia Especializada do Paraná, Delegado Marco Lagana, a chefe da Delegacia da Mulher em Curitiba, Drª Maritza, e o Delegado de Polícia Federal, Élcio Fuscolim, que é o Diretor da Coordenação de Análise e Planejamento Estratégico de Segurança Pública, a Cape, que trabalha com muita metodologia no estabelecimento da estatística criminal da violência urbana e rural no estado do Paraná.

Quero dizer desde logo, Deputada Jô Moraes, que me desvanece muito o fato de poder vir aqui e aportar algumas contribuições, alguns elementos à reflexão, como disse e insisto. Tão logo recebi o convite, na última quinta feira, de pronto me deparei com um problema de agenda, porque tenho um compromisso em São Paulo no início da noite, mas alterei meu voo para que pudesse pessoalmente aqui comparecer.

Eu poderia, como é óbvio, a exemplo do que fizeram outros colegas de Governo que não puderam aqui comparecer, encaminhar representações, mas eu fiz questão de aqui comparecer não só para que eu pudesse, de viva voz, transmitir algumas sensações, alguns sentimentos, mas, sobretudo, para que também a minha presença materializasse o respeito, a admiração que eu tenho pela atividade parlamentar e pela importante contribuição que esta CPMI certamente trará ao País. Além disso, trata-se de um tema que deve merecer de todos nós todo tipo de análise, de atenção, de ação de Governo. Eu tenho comigo uma convicção, uma profissão de fé, que está estampada no art. 144 da Constituição, que diz que a segurança pública é um dever do Estado, mas é uma responsabilidade de todos.

O tema da violência contra a mulher, já iniciando um pouco a análise que rapidamente, numa breve locução, eu gostaria de fazer aqui, não é um tema diretamente relacionado com a segurança pública, porque, como diz o próprio relatório da Comissão, na sua versão inicial, logo no preâmbulo, na página inicial, a violência cotidiana sofrida pelas mulheres é estrutural e é resultante de uma sociedade patriarcal, onde a banalização da violência permite que os homens maltratem as suas companheiras. Então, como todos nós sabemos, há uma série de questões que estão no entorno do problema da violência contra a mulher, seja no que se refere à violência doméstica, seja na violência seletiva contra as mulheres. Há questões com matiz cultural, às vezes de formação étnica, o que explica peculiaridades regionais deste imenso país continente, que é o Brasil, e questões certamente do ponto de vista do desenvolvimento econômico e social.

Mas, como é óbvio, a segurança pública trata desse tema seja no que se refere a situações pontuais – eu me refiro, por exemplo, às medidas protetivas da Lei Maria da Penha, que, no mês de agosto, completa sete anos de vigência –, seja porque a segurança pública trabalha na consequência dos problemas graves da distorção social e trabalha, como é óbvio, as estruturas de segurança pública, as instâncias formais de controle do Estado na área da segurança pública, sob a ótica da preservação da ordem pública, da manutenção da paz social e da garantia do império da lei. Então, é nessa perspectiva que eu venho aqui, como titular circunstancial, por um período, da Secretária de Segurança Pública do Paraná, para, como disse, trazer alguma contribuição a esse debate tão importante.

E, desde já, quero também dizer que, hoje, há um indexador clássico na área da segurança pública, que é a taxa de homicídios por grupos de cem mil habitantes. Nós debatemos exaustivamente esse tema, no presente instante, no Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública. Pela generosidade dos meus pares, dos meus colegas Secretários de Segurança Pública, eu presido uma câmara temática que se dedica, neste momento, exatamente a definir um modelo, um molde, um registro único para aferir as estatísticas da violência e da criminalidade.

A CPMI está se debruçando sobre um tema importante e certamente deparou com um problema gravíssimo, crônico e histórico no Brasil: a falta de índices oficiais confiáveis em relação ao tema da violência e da criminalidade. No dia 16 de julho, em nome do Colégio dos Secretários de Segurança Pública, eu vou me avistar com a Secretária Nacional de Segurança Pública, Drª Regina Miki, que vai, em nome do Ministério da Justiça, trabalhar na regulamentação do Sistema Nacional de Segurança Pública, que, em boa hora, foi aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado da República há poucos dias.

Isso ilustra um pouco uma certa angústia que todos nós temos quando nos deparamos com essas taxas de homicídios por grupo de cem mil habitantes, como foi tão bem acentuado, de forma muito oportuna, pela nossa Senadora Ana Rita.

Ocorre que, se analisarmos os dados do Instituto Sangari, que são de 2002, esses dados referem-se à questão do evento morte, vitimando mulheres. Eu não vou desqualificar os dados nem vou contradizê-los, porque entendo que todo o trabalho acadêmico de prospecção científica, que é feito e que, com muita metodologia, ajuda a entender o fenômeno criminal do Brasil, é muito válido. Então, não vou jamais fazer isso, não vou dizer aqui para vocês: olha, esses dados são de 2010, porque pouco importa para mim se eles subiram ou desceram. O mesmo Instituo Sangari mostrou que, na década de 90, do ano de 1997 a 2007, enquanto o Brasil cresceu 17% a taxa de homicídios, o Paraná cresceu 96%. E devo dizer a todos aqui, compartilhar um sentimento que tenho desde o primeiro dia de governo que, em que pese nascido no Paraná, eu sou natural de Ponta Grossa, eu passei os últimos 13, 14 anos fora do Estado. Eu sou servidor público do Ministério da Justiça, sou da Polícia Federal, sou delegado da Polícia Federal, e estava trabalhando fora do Estado nos últimos anos. E me assustei, confesso a vocês, fiquei muito impactado, quando recebi o convite honroso do Governador, aceitei esse desafio – e entendi assim, como um desafio profissional – e comecei a me situar em relação aos dados do Paraná.

O Paraná tem uma taxa de homicídios, Deputada Jô Moraes, que poucos, talvez, no Brasil – que consideram, todos os brasileiros assim o consideram, o Paraná um Estado tranquilo, pacífico, ordeiro, de gente boa, trabalhadora – conhecem: o Paraná, de 2010 a 2011, tinha uma taxa de homicídios, para cada grupo de 100 mil habitantes, de 32,6; Curitiba, 40; região metropolitana de Curitiba, 62 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes.

Graças aos esforços dos profissionais de segurança pública do Paraná, os policiais, e apenas e tão somente isso deve ser creditado a eles – o Secretário de segurança Pública e o Governador não têm nada a ver com isso –, houve uma redução na virada de 2011 para 2012, nós já chegamos a 28, e a nossa meta projetada, como indicador no PPA, é de que possamos chegar, em 2015, no final do período de governo, com 21,5, que é uma média compatível com a Região Sul do Brasil e inferior à média nacional, que é 25, 26.

Mas trago, desde logo, esse tema em relação ao índice não para contradizer, como disse, mas para mostrar como é importante que nós tenhamos assegurada a informação em relação à área da segurança pública. E não sem razão, exatamente por conta disso, tive agora, há alguns dias, a oportunidade de lavrar uma resolução – eu vou deixar a cópia com a Comissão –, a Resolução nº 22, de 2012, que prevê exatamente a obrigatoriedade da Secretaria de Segurança Pública de trabalhar, como trabalha, com tanta dedicação, de forma técnica e metodológica pela Cape – Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico, mas de divulgar os índices. Um banco de dados, um trabalho estatístico só tem valor, só tem validade se ele for difundido. De nada adianta sonegar a informação.

Acho que esse é um dever ético que eu tenho como Secretário de Segurança Pública e, por essa razão, isso gerou, para o Estado do Paraná, uma obrigatoriedade da mensuração dos índices, aproveitando inclusive uma iniciativa pioneira do Paraná, que é fazer o Boletim de Ocorrência Unificado da Polícia Militar e da Polícia Civil.

De outra parte, já agora falando um pouco sobre as ações que a Secretaria de Segurança Pública pode ter, ao lado de tantas áreas do Governo – eu vejo aqui a Secretária de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Maria Tereza Uille Gomes, a Drª Josiane, Defensora Pública-Geral, chefe da Defensoria Pública, os colegas da Secretaria de Saúde, da Secretaria da Família e do Desenvolvimento –, enfim, ao lado de tantas iniciativas que possam ser vistas pelo governo, é evidente que a Secretaria de Segurança Pública pode e deve ter um papel de protagonismo no tema da violência contra a mulher.

Quero dizer, desde logo, vou ao final da minha breve locução reiterar uma vez mais este compromisso de que nós estamos profundamente abertos a qualquer sugestão, orientação, consideração, avaliação crítica desta importante Comissão Parlamentar de Mista de Inquérito. Ninguém tem a verdade absoluta no tema da segurança pública, não existe a figura do super-homem. E é importante que nós tenhamos a capacidade de ouvir a sociedade civil organizada, ouvir as entidades que possam representar a sociedade, ouvir a elevada representação parlamentar, que serve, como se deseja do Parlamento, como um papel de interface entre as manifestações legítimas da sociedade e o Poder Público, e que isso tudo seja de nossa parte, desde já, um compromisso pleno. Porque esta CPMI, eu entendo assim, pelo menos, como paranaense do Brasil ou como brasileiro do Paraná, esta CPMI não é contra ninguém, esta CPMI é a favor do Brasil. Então, todas as iniciativas que forem trazidas pela CPMI como sugestão, como implementação de políticas públicas na área da segurança pública, terão de mim plena acolhida e terão de mim uma resposta pública seja em que momento temporal for, ainda durante o curso da CPMI ou ao final dos seus trabalhos.

Mas eu quero dizer rapidamente que a Secretaria de Segurança Pública pode exercer, e deve exercer, um papel de protagonismo nesse cenário. E eu aqui me refiro a áreas da Secretaria de Segurança Pública que notadamente tem um ponto de contato, um ponto de toque com a questão da violência contra a mulher, a começar pela Polícia Militar do Paraná. A Polícia Militar do Paraná tem uma série de ações, uma série de iniciativas e está representada na rede integrada aqui no Paraná, no que diz respeito à política em relação às mulheres, pela Tenente Luci, uma oficial valorosa, dedicada, comprometida com essa questão *(Palmas.).* A partir do trabalho extraordinário feito pela Tenente Luci, que coordena o Núcleo de Direitos Humanos da Polícia Militar, nós estamos agora, no mês de agosto, que é o mês de aniversário da Polícia Militar, com, espero, a aprovação rápida da Assembleia Legislativa ou, pelo menos, com o envio da mensagem para esta Casa, fazendo um novo desenho organizacional da Polícia Militar do Paraná, com a criação, iniciativa pioneira certamente do Paraná também, da Diretoria, na Polícia Militar, de Direitos Humanos e da Diretoria de Polícia Comunitária. Ao lado disso, é evidente que a Polícia Militar tem um papel de relevo nessa questão, porque ela pode fomentar, garantir essa cultura de trabalho em rede, articulando-se com parceiros da saúde, da educação, da ação social, com representações da sociedade civil no tema que aqui é tratado.

Mas ainda em relação à Polícia Militar, permitam-me dizer, rapidamente, que nós vivemos um fenômeno interessante no Paraná hoje. O Governo do Estado, numa ação de Governo para recompor a área de segurança pública profundamente desmantelada neste Estado, e eu falo isso com muita tranquilidade, porque não “fulanizo” o debate, mas a grande verdade é que, quando assumimos a Secretaria de Segurança Pública, em janeiro do ano passado, havia menos policial civil no Paraná do que há 10, 12 anos, menos policial militar no Paraná do que há 10, 12 anos. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública fez uma pesquisa recente mostrando que, se nós compararmos todos os Estados do Brasil – e fizemos um cotejo do investimento em segurança pública na última década em relação a todas as unidades da Federação, vamos fazer uma comparação do investimento em segurança pública em relação à população, investimento em segurança pública em relação às demais áreas de Governo, aos demais elementos de despesa do Governo e uma comparação do investimento em segurança pública em relação ao PIB – o Paraná, estudo feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, uma instituição idônea não governamental, chancelada pelo Ministério da Justiça, numa matéria reproduzida por um jornal de extraordinária credibilidade, que é a *Gazeta do Povo*, mostrou que, no Paraná, na última década, investimento em segurança pública comparativamente à população do Estado, o Paraná ficou em 24º, 25º Estado da Federação, ficou à frente do Maranhão e do Piauí. Se nós fizermos essa comparação, diz o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, do investimento em segurança pública em relação às outras áreas, elementos de despesas do Estado, educação, saúde, infraestrutura, esporte, lazer e cultura, igualmente nós ficamos em 24º, 25º ao longo da década. E, se nós fizermos, como fez o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, uma análise do investimento em segurança pública no Paraná na última década comparativamente ao PIB, o Paraná foi o último Estado da Federação a investir em segurança pública. É evidente que isso gerou um quadro de desmantelo na área da segurança pública do Estado. Quando nós assumimos a Secretaria de Segurança Pública, o IML de Curitiba tinha 119 corpos putrefatos, putrefeitos desde 2008, esperando os atos de exumação. Isso materializa, fotografa a realidade que assumimos a Secretaria de Segurança Pública do Estado.

Agora, dentro do conjunto das ações do Governo para reverter esse quadro, o Governador acabou de nomear a maior contratação de policiais da história do Paraná, mais de três mil policiais, fizemos o concurso emergencial para médicos-legistas legistas no IML do Paraná, reestruturamos, em caráter emergencial, a área de perícia do Estado, absolutamente sucateada, e o Governador lançou um programa chamado Paraná Seguro, que tem eixos de atuação e uma série de metas a serem cumpridas – não vou ficar, obviamente, aqui me alongando em relação a isso, mas quero dizer a vocês que o carro-chefe desse programa Paraná Seguro são as unidades do Paraná Seguro, as chamadas UPS, que são coordenadas com muito sucesso pela Polícia Militar e que tem um fenômeno a que aqui me referia. As UPSs implantadas no Uberaba e no Parolin fizeram despencar todos os índices da região: crimes patrimoniais, homicídios, quase a zero, perturbação do sossego, constrangimentos, crimes de ameaça. Só um índice explodiu: foram as denúncias em relação aos crimes de violência contra a mulher, porque isso mostra que a Polícia Militar tem um papel fundamental no conceito de polícia de proximidade, de polícia amiga, de polícia comunitária, que é permitir que a população, identificando na Polícia Militar parceira um órgão de interação, possa deixar fluir essas suas observações em relação à situação de quem vive no local.

A Deputada Jô Moraes me alerta para terminar, e vou rapidamente dizer a vocês sobre algumas ações que nós estamos prenunciando já como ações factíveis que serão feitas em cada uma dessas unidades.

Na Polícia Militar, já falei em relação a algumas coisas. A nossa meta é capacitar 100% do efetivo policial militar, aproveitando a estrutura de Faxinal do Céu – e o Paraná sabe o que estou dizendo –, para capacitar com conceitos de mediação, resolução de conflitos e também de policiamento comunitário.

Em relação ao Instituto de Criminalística, algumas observações importantes. Todos sabem da importância da perícia criminal e, como delegado da Polícia Federal, eu posso dar um testemunho de como é relevante, como é importante, para a elucidação do crime, para a investigação, o que isso pesa do ponto de vista da impunidade, do ciclo da violência, a perícia criminal.

Nós temos lá o laboratório de informática, de perícia audiovisual, de química legal, de DNA, de hipnose forense. É evidente que os exames de DNA têm uma certa complexidade, mas eles não duram, ao contrário do que se informou, eles não duram dois anos. Pode ter um caso, como, por exemplo, o caso daquelas meninas de Campo Mourão, onde havia os ossos queimados, onde havia incineração dos ossos, que demorou um pouco mais. Também não há apenas um tomatógrafo, são cinco tomatógrafos, e os outros que chegarão pela gentileza do Secretário de Saúde, que disponibilizou um convênio nessa área; há um atendimento prioritário na preferência no que se refere aos crimes que vitimam mulheres; em 2011, nós começamos a reduzir um passivo volumoso dos laudos periciais por conta do desmantelo da área de perícia do Estado; nós temos 160 peritos, hoje, no quadro e a nossa meta é chegarmos, no fim do Governo, com 600 peritos – o quadro hoje é de 300, nós temos que ampliar esse quadro aqui, na Assembleia Legislativa. Como meta, vamos aplicar – o Estado está contraindo, Senadora Ana Rita, um empréstimo junto ao BNDES de R$100 milhões. Todo esse recurso será alocado para a revitalização da área de perícia do Estado. Os 100 milhões serão empregados no Instituto de Criminalística, no Instituto Médico Legal e no Instituto de Identificação. Fazer inclusive as projeções no Estado: o IML tem 18 unidades no Paraná, terá 21; o Instituto de Criminalística tem apenas sete unidades, terá 21, para quem tem uma projeção plena, eficaz em relação ao IML. Porque não é possível que Londrina tenha uma sede do Instituto de Criminalística que atenda 88 Municípios. É evidente que isso tem um impacto do ponto de vista de eficiência na prestação dos serviços prestados pelo Instituto de Criminalística.

Igualmente, já falei aqui e, rapidamente, vou falar sobre o IML. O IML passou por um processo, Deputada Jô Moraes, de intervenção. O IML ficou três anos sob intervenção no Paraná. Nós cessamos essa intervenção e devolvemos a direção do IML para os médicos-legistas do Paraná. A direção do IML, hoje, como deve ser, obviamente, é conduzida com muita competência e dedicação pelo Dr. Porcídio Vilani, um médico-legista altamente comprometido com o Instituto Médico Legal. Nós temos lá 62 médicos-legistas, o quadro é de 160, e a nossa meta, até o final do governo, é contratar todo o restante; no ano passado, contratamos 38 médicos-legistas.

Como disse V. Exª – e eu agradeço a gentileza do registro, a justiça do registro –, o IML no Paraná tem uma iniciativa pioneira aqui, em Curitiba, que é atender no Hospital de Clínicas, no Hospital Pequeno Príncipe, no Hospital Evangélico, nas 72 horas, as mulheres vítimas de constrangimento sexual. Nós, já desde o ano passado, estamos trabalhando com o Secretário de Saúde para que possamos atingir essa meta em todo o Estado. Inclusive, eu quero pedir apoio à Comissão, Presidente, porque, no dia 31 de abril, agora, eu protocolei na Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, com a Ministra Eleonora Menicucci, o projeto para expandir isso para todo o Estado. Então, certamente, a CPMI poderá oferecer um belo trabalho em relação a isso.

Em relação à Polícia Civil – não vou me alongar mais, mas quero 30 segundos apenas para dizer isto –, a Polícia Civil passa por um processo de modernização necessária. A Polícia Civil é a mais antiga instituição do Estado. A nossa meta é chegar ao final deste período de Governo com um projeto consistente das chamadas Delegacias Cidadãs, que têm foco no atendimento ao cidadão e no não constrangimento à vítima, com capacidade de ter a linha de frente de atendimento com psicólogas, assistentes sociais. Isso vai impactar, como é óbvio, positivamente a questão da violência contra a mulher, até porque cada Delegacia Cidadã a ser construída terá um setor específico, um espaço físico específico para se atender a mulher. É um anúncio importante do ponto de vista das ações do Governo na área da segurança pública, na temática da violência contra a mulher.

Mais que isso. Hoje, temos as regiões administrativas do Estado e a nossa meta de Governo, até 2014, é que todas as sedes de microrregiões do Estado tenham funcionando uma Delegacia da Mulher 24 horas, nos mesmos moldes do que funciona aqui em Curitiba. Aqui, em Curitiba, a precariedade da Delegacia da Mulher – certamente, pelo testemunho da Comissão, não preciso me alongar nisto que aqui estou dizendo – será resolvida, porque já estamos com uma nova edificação para a Delegacia da Mulher. Não sei se a Drª Maritza teve oportunidade de antecipar isso para a Comissão. Ela será na Rua Carlos de Carvalho, no Centro de Curitiba, um imóvel com mais de 1.000 metros quadrados com 40 salas, com toda a condição de fazer o atendimento.

É muito pouco pelo tema de que estamos tratando, mas eu tenho certeza de que são compromissos que a Comissão – de forma coletiva ou, individualmente, pelos parlamentares – ou a sociedade aqui, tão bem representada, poderá cobrar até o final do Governo, além de outras tantas iniciativas que, como disse, vou acolher com toda atenção e com todo cuidado.

Quero agradecer imensamente a oportunidade que me deram. Eu sou um servidor público. Eu não tenho filiação partidária, eu não tenho projeto político, nem pessoal, não tenho qualquer outro tipo de motivação que não seja isto que estamos fazendo aqui: discutir as coisas no maior interesse público.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr. Reinaldo, apenas um momento que a Senadora vai necessitar fazer algumas questões ao senhor. E nós aguarmos um relatório mais minucioso com o conjunto das informações que a Secretaria dará.

A Senadora gostaria de fazer um questionamento.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Dr. Reinaldo, primeiro, quero agradecer as respostas do senhor e as informações que o senhor nos traz.

Eu quero aqui apenas fazer uma observação com relação ao mapa da violência do Instituto Sangari. Realmente, ele é de 2002 a 2012, porque, em 2012, foi feito um caderno complementar, atualizando algumas informações. Inclusive, em relação aos dados de homicídios com os quais trabalhamos, a fonte desses dados é o Sistema de Informações de Mortalidade da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde que, embora não seja talvez tão completo assim, é o que é mais confiável, é o que temos.

Quero até aproveitar a oportunidade, porque, de acordo com esses dados, nos últimos 30 anos, foram assassinadas mais de 91 mil mulheres. Só na última década, mais de 43 mil mulheres foram assassinadas no nosso País. Então, esses dados são realmente alarmantes. Então, é só para passar essa informação aqui, que considero importante.

Eu gostaria ainda, Dr. Reinaldo, de fazer duas perguntas para o senhor, se for possível responder dentro do nosso tempo. Depois, vamos passar para outros Secretários e estamos nos organizando aqui para que cada um...

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Um pouco além do tempo, porque o Secretário excedeu um pouco...

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Pois é.

Mas nós sabemos que o Estado do Paraná assinou o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Então, diante disso, eu gostaria de perguntar ao senhor em relação ao pacto assinado pelo Estado, que prevê ainda a construção e a implementação de mais 12 Delegacias da Mulher – parece-me que o senhor até já falou um pouco sobre isso – vinculadas aos Centros de Referência. Como está o andamento desses convênios, tanto no que se refere à criação das DEAMs, quanto aos Centros de Referência? Gostaríamos que o senhor pudesse falar um pouco sobre isso.

Outra pergunta é fruto da diligência que foi feita hoje pela manhã na delegacia. Conforme os dados fornecidos pelo Tribunal de Justiça, chama atenção a ausência de crimes de tentativa de homicídios contra as mulheres. Aí a pergunta: as mulheres aqui não sofrem tentativas de homicídio? Ou sofrem lesão corporal ou morrem diretamente? Ou as tentativas são sempre desclassificadas? *(Palmas.)* Como explicar a ausência de um tipo criminal tão comum em casos de violência doméstica?

Uma última pergunta: como o Boletim de Ocorrência Unificado não possui campo específico para identificar casos de violência doméstica, há alguma iniciativa para que esse boletim contemple esse campo específico?

São as três perguntas.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Secretário, aproveito a oportunidade com a boa notícia de que a Secretaria de Curitiba terá um espaço maior: incluirão a ampliação de número de funcionários?

Uma segunda preocupação nossa, quando o senhor falou em capacitação e mediação de resolução dos conflitos, será que isso não estaria em contradição com o espírito da Lei Maria da Penha, que é menos mediação dos conflitos e mais busca de inibição e punição dos conflitos? *(Palmas.)*

**O SR. REINALDO DE ALMEIDA CESAR** – Em relação ao questionamento da Senadora Ana Rita, se me permitir, por início, falar um pouco sobre isso, em relação aos dados fornecidos pelo Tribunal de Justiça, melhor que eu, pode falar a chefe da Delegacia ou o chefe da Divisão Especializada, mas penso que esteja havendo uma incorreção, inclusive no âmbito interno da Polícia Civil, que talvez entenda esse tipo de capitulação desses tipos penais na Delegacia de Homicídios e não na Delegacia da Mulher. De qualquer forma, eu não quero antecipar. São os técnicos que podem falar melhor sobre isso.

Estamos agora fazendo um decreto e atualizando, porque a Delegacia da Mulher no Paraná é uma iniciativa de 1985, quando era então Governador do Paraná o saudoso José Richa. É evidente que ela precisa ser readequada não só pela Lei Maria da Penha, mas por interpretações jurisprudenciais recentes, como foi essa do Supremo.

Aqui, quero também pegar um gancho para poder responder à Deputada Jô Moraes, no que se refere à mediação. É evidente que precisamos ter, efetivamente, aquelas medidas protetivas, aquelas medidas que possam dar eficácia à questão do tratamento do ponto de vista da lei penal, mas a mediação e a resolução de conflitos podem ter, sim, um papel importante em relação a isso. Não estou dizendo que o fato de trabalharmos na capacitação de policiais, em policiamento comunitário, em mediação e resolução de conflitos seja o que a Polícia Militar tem a fazer, mas é alguma coisa a mais que pode ter a fazer em relação a esse tema.

Em relação ao pacto, penso – não sei, talvez me falhe a memória aqui – que foi lavrado, foi assinado em 2010. Eu acho...

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Foi, sim.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Foi em novembro de 2010, Secretário.

**O SR. REINALDO DE ALMEIDA CESAR** – No final do ano de 2010.

E ele tem, de nossa parte, evidentemente, a atenção no que se refere à área da segurança pública, mas, hoje, pela manhã, eu ainda conversava com a Secretária da Justiça sobre a necessidade de revermos o que foi pactuado – revermos no interesse público, obviamente.

Em relação à implantação dessas 12 Delegacias da Mulher, ocorrerá em todo o Estado do Paraná. Mais ainda: quero ainda assumir aqui um compromisso público de que implantaremos as 12 Delegacias da Mulher, todas que faltarem nas microrregiões do Paraná, obedecendo às normas técnicas emanadas da Secretaria Nacional de Políticas das Mulheres da Presidência da República.

V. Exª me perguntou, Senadora, uma terceira questão que agora me fugiu...

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Quanto aos Boletins de Ocorrência Unificados, porque ainda falta um campo.

**O SR. REINALDO DE ALMEIDA CESAR** – Ah, sim, os boletins de ocorrência.

Tem toda a razão V. Exª. Conversei com o Delegado Federal Élcio Fuscolim e com o Capitão Perim que, com toda a equipe da Cape, devem fazer, de forma, digamos, agora, metodológica, a inclusão desse campo específico, em relação à violência doméstica. Como eu disse, a estatística, a metodologia, um bom trabalho de inteligência que permita entender o fenômeno criminal é fundamental, inclusive como instrumento, ferramenta de gestão. Fica aqui também o compromisso de que nós faremos isso.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos. Sabemos que o senhor tem de pegar um avião, mas sua equipe está aí e responderá...

Só um instante, Secretário. Tem só uma pequena questão, Secretário Reinaldo, para o senhor responder, do Deputado Dr. Rosinha.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Não. É tanto uma constatação como um pedido, Secretário.

Na hora em que fizemos esse levantamento... O senhor falou que a questão da tentativa de homicídio talvez esteja na Delegacia de Homicídios. É que os dados demonstram que não tem a tentativa.

**O SR. REINALDO DE ALMEIDA CESAR** – Ah, entendi.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Então, temos de criar um campo que demonstre a tentativa, porque a mulher vai à delegacia, não importa a qual ela vai, que faz o registro de que ela foi agredida. Foi uma tentativa de homicídio, mas vai se analisar a parte do corpo que foi atingido e essas coisas; como o crime em si, ele não está constando nos dados que recolhemos. Se ele existe, hoje, nas delegacias e chega aos tribunais, falhou para chegar para nós. Então, é um caso.

A outra questão é pedir uma revisão do decreto que criou a Delegacia da Mulher para que ele atenda amplamente a todos os crimes da mulher que entram nessa fase. O decreto é de 1985. A Lei Maria da Penha é de 2006. Então, há um descompasso legal e ele tem de ser compatível. Então, esse decreto tem de ser revisto, porque, senão, toda Delegacia da Mulher vai pautar seu funcionamento no decreto de 1985 e a lei é posterior. Então, é necessária essa revisão.

**O SR. REINALDO DE ALMEIDA CESAR** – V. Exª tem toda a razão. O decreto está sendo revisto. Agora, ainda mais, com o apelo legítimo de V. Exª, ele será editado nos próximos dias.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – É da CPI o apelo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Agradecemos, Dr. Reinaldo. *(Palmas.)*

Nós queríamos registrar que consideramos muito importante a presença dos alunos e alunas da Escola Estadual Dom Pedro II, cumprimentando o professor responsável, Luiz Senesi, por trazer essa juventude para compreender que também a violência contra a mulher pode atingir inclusive as crianças.

Agradecemos também e registramos a presença da Drª Luciane Bortoleto, nossa Juíza Especial da Violência Contra a Mulher, ex-Presidente do Fórum Nacional de Violência Doméstica.

Algumas outras autoridades estão presentes: a Srª Marlei Fernandes de Carvalho, Presidente da APP; a Eliane Chomatas, Secretária Municipal de Saúde de Curitiba; Eliane Behring, Rede das Mulheres Negras do Paraná; a Célia Gaertner, do Hospital Erasto Gaertner; a Maria Meire Cleve, Vice-Presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina; a Elza Maria Campos, da União Brasileira de Mulheres; a Malu Gomes, coordenadora da Câmara Setorial de Segurança; a Vanessa de Andrade, representando a Fundação de Ação Social de Curitiba.

Passamos, de imediato, à palavra à Desembargadora Denise Krüger, representando aqui o Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Miguel Kfouri Neto, que disporá de até 15 minutos, para apresentar.

Lembro a todos e todas que estão depondo que o conjunto das suas informações nos será enviado por escrito, para que nós possamos, nesta audiência, apenas destacar aquilo que é mais relevante no depoimento.

**A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA** – Boa tarde a todos.

Primeiramente, quero desculpar a ausência do nosso Presidente, o Desembargador Miguel Kfouri, que, por compromisso anteriormente assumido, não pôde comparecer. Fui designada, então, para tentar representa-lo junto a esta CPMI tão importante.

O Tribunal de Justiça do Paraná tem consciência da importância do aperfeiçoamento do atendimento à mulher vítima de violência. Não nos foge, em nenhum momento, que é muito importante que o nosso Estado, junto com o Poder Judiciário, esteja atento a essa questão.

Está sendo feito um levantamento pelo nosso tribunal, para uma implantação mais que imediata, de Juizados Especiais da Violência contra a Mulher em todo o nosso Estado. Não só a instalação dos Juizados, como também instalação com pessoas já comprometidas contra a violência contra a mulher. A capacitação dessas pessoas, porque, com o levantamento efetuado, nos foi dito que, muitas vezes, as mulheres, quando chegam ao juizado ou até as delegacias, não têm o atendimento esperado, o que as tornam mais vítimas ainda. E isso não nos foge em nenhum momento. O Tribunal já está ciente disso, já está investindo nessa questão de aperfeiçoar, de capacitar pessoas para esse atendimento.

Todos têm conhecimento de que temos dois juizados. A Drª Luciana Bortoleto, aqui do Paraná, com muita competência, tem levado esse juizado. E também em Londrina. E o Tribunal, atento a isso, também está fazendo investimentos.

Uma das perguntas que foi feita é em relação à verba destinada. O tribunal não tem uma verba específica ainda destinada à violência contra a mulher. Contudo, já está sendo feito um levantamento em nosso Tribunal para que tenha essa verba. O que tem sido feito é que estamos reaparelhando os juizados, com levantamento de novos juizados, com nosso Fundo de Reaparelhamento do Judiciário, que é Funjus. Mas não foge também a necessidade premente de fazer uma verba, um valor específico para isso.

O Tribunal de Justiça do Paraná, ciente disso, está também fazendo levantamento em relação aos agressores. Nós achamos que precisamos fazer um tratamento diretamente com os agressores. Como falei, a própria lei prevê os centros de reabilitação do agressor. Acredito que o tratamento com a vítima junto com o agressor é muito importante. Se não tratado, o agressor volta a praticar seus delitos.

Foi feito um levantamento junto ao CNJ, se não me falha a memória, sobre os tipos de agressores que nós temos. Começa com o alcoólatra, com o dependente químico, com o que tem depressão. Nesse sentido, tem-se que fazer esse tratamento com eles, para que não voltem a agredir as vítimas. Então o nosso Tribunal, ciente disso, está fazendo o levantamento. Faz apenas três meses que fui designada para substituir a nossa Desembargadora Rosana Fachin, em nossa coordenadoria.

Estou empenhada a dar o máximo possível no nosso Tribunal, com as demais autoridades aqui presentes, juntamente com a Secretaria de Justiça, a Defensoria Pública. Estamos agendando reuniões para colocar em prática. Por isso eu acho que é um esforço conjunto de todos os Poderes de nosso Estado para que as estatísticas não passem despercebidas por nós e que nós, em face disso, tentemos melhorar não só a questão da mulher agredida, como a questão familiar da mulher agredida. Vejo que é muito importante o trabalho com a família da mulher agredida, porque a vítima, muitas vezes, deixa de mencionar a sua agressão junto às autoridades competentes, por medo de reprimenda.

Então, eu acho que esses centros de reabilitação são muito importantes. Eu acho que o mais importante hoje – e estou levando ao conhecimento do nosso Presidente do Tribunal, através de um levantamento feito – é que, se nós tratarmos os agressores, juntamente com a família dos agressores, nós podemos reabilita-los, porque com a falta de orientação nesse sentido, eles voltam a agredir.

Vejo que o Tribunal de Justiça do Paraná está fazendo um levantamento em todo o Estado com todas as delegacias, para fazermos, em conjunto com a Secretaria de Segurança, capacitação das pessoas que atendem as mulheres vítimas de agressão, não só dentro dos tribunais como dentro das delegacias, para ter pessoal especializado, pessoal multidiscplinarizado, psicólogas, atendentes, médicos, para que recepcionem a vítima com total apoio a ela e que ela possa ser ouvida. Eu acho que o mais importante é ser ouvida e orientada. Muitas vezes, ela está desorientada.

O Tribunal do Paraná já tem consciência disso, já tem consciência da necessidade emergente de instituir novos juizados em todo o Estado. Estamos fazendo o levantamento junto à 2ª Vice-Presidência, que é o órgão responsável pelos juizados do Estado, para, o quanto antes. O que, às vezes, nos impede de complementar essas questões, é a questão orçamentária. Sabemos que o Poder Judiciário depende do orçamento que é lhe é repassado. Então, muitas vezes não é previsto aquele orçamento dentro daquele ano, mas nós temos feito o possível para que o Tribunal possa implementar. As pessoas não sabem por que não é feito, mas nós, do Poder Judiciário, temos uma verba, que nos é dada em início de ano. Quando queremos implementar uma questão maior, uma questão de especialização, uma questão de atendimento, mais funcionário, mais aparelhamento, nós estamos impedidos em face do orçamento que nos é destinado e isso teremos que passar para o ano que vem e às vezes demora um pouco mais. Mas quero que vocês tenham consciência de que o nosso Tribunal de Justiça, o nosso Presidente do Tribunal está consciente e estamos aptos a melhorarmos essa questão, juntamente com a violência da mulher.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Desembargadora Denise, a nossa Relatora gostaria de ter algumas questões.

**A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA** – Pois não.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Drª Denise, nós vamos encaminhar para a senhora as perguntas, que são muitas. À medida que vou lendo, a senhora vai acompanhando. Se a senhora tiver condição de responder todas hoje, será muito bom; se não tiver, solicitamos que encaminhe depois para nós por escrito.

Mas a primeira pergunta que eu gostaria de fazer para a senhora, que eu não entendi bem porque acabamos conversando aqui. Veja bem, quando foi instalada a Coordenaria da Mulher... A senhora, na verdade, é a titular dessa Coordenadoria?

**A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA** – Não.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Quem é a titular.

**A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA** – A titular é a Drª Rosana Fachin, que está afastada agora por licença do Tribunal de Justiça e fui designada sua suplente.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – A senhora está como suplente.

**A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA** – Sim, vou passar apenas dois meses e meio.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Desculpe–me, acredito que a senhora falou no início, mas é que eu estava vendo outra coisa e não observei bem.

Então, qual o plano de expansão do Juizado Especializado em Violência Doméstica?

**A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA** – O Tribunal de Justiça, como disse, está empenhado em instalar em todas as comarcas, em todas. Contudo, estamos fazendo um levantamento orçamentário sobre essa questão, a 2ª Vice-Presidência. Até já conversei com algumas coordenadoras no sentido de fazermos uma reunião já na outra semana para fazermos levantamentos estatísticos dos crimes que estão sendo cometidos nas comarcas do interior. É lento, infelizmente, mas estamos tentando agilizar o máximo possível. Às vezes, como disse, nos falta a questão orçamentária, mas o Tribunal está empenhado a, no máximo, acredito eu...

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Há um prazo mais ou menos.

**A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA** – Eu não posso, seria leviano da minha parte fixar um prazo.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Sim.

**A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA** – Digamos, em um ano ou dois. Seria leviano, nem posso em face da questão. Mas tenho certeza de que a intenção é de que todas as comarcas tenham Juizados da Violência contra a Mulher e, o mais importante, não só o juizado, como pessoas capacitadas para atender junto aos juizados. Como sou advinda dos Juizados Especiais, pelos quais tenho verdadeira adoração, acho que as pessoas que estejam nesses locais têm que ser pessoas capacitadas para essa função.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Certo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Senadora, eu aproveito e solicito – como isso deve ser uma decisão do Colegiado – que a Desembargadora pudesse nos enviar, após a discussão do Colegiado esta previsão de cronograma de trabalho para que nós possamos acompanhar. Não é uma decisão solitária, é uma decisão do Colegiado, mas eu acredito que a senhora retornando poderá solicitar do Colegiado esse cronograma de trabalho.

**A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA** – Eu quero me pendenciar perante as autoridades aqui presentes que às vezes não tenho dados suficientes para responder todas as perguntas, mas me comprometo a responder todas elas, encaminhando um relatório preciso de todos os questionamentos feitos por V. Exªs.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Outra pergunta que eu gostaria de fazer: por que a 6ª Vara Criminal acumula as competências para o julgamento dos crimes de violência doméstica e familiar e crimes contra criança? Por que essa...

**A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA** – Isso eu não poderia lhe responder. Eu não tenho conhecimento dessa questão. Acho que é até melhor a Drª Luciane Bortoleto, que está aqui presente, que atua nessa ordem, se ela tiver condições de responder essa pergunta.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Ela está aqui presente?

**A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA** – A Drª Luciane está presente. Eu acredito eu ela esteja no...

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Mas é melhor responder depois por escrito.

**A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA** – Eu mando por escrito todas as questões.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Certo, acho que é melhor. Porque, para poder ser ouvido aqui é preciso ter requerimento e não há requerimento para outras pessoas serem ouvidas. Então, é importante a senhora depois nos responder.

É orientação do Tribunal acumular as competências das Varas de Violência Doméstica com Crimes contra Crianças? Certamente, o Tribunal está atento de que não é essa a orientação da Lei Maria da Penha e nem do CNJ.

**A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA** – É aí que cabe a questão do que vamos modificar com a instalação desses Juizados Especializados.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Qual a estrutura do Juizado de Violência Doméstica para lidar com seus mais de 12 mil processos?

**A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA** – Acredito que ainda está precário em face disso. Contudo, estamos cientes dessas questões, estamos aparelhando novamente, não só por questões de funcionários, como de profissionais habilitados.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Tomamos conhecimento de que a Corregedoria de Justiça determinou que fossem designados mais de quatro profissionais para a equipe técnica do Juizado e três oficiais de Justiça. Essa determinação já foi cumprida? Caso ainda não tenha sido, quantos profissionais serão designados?

**A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA** – Eu teria que consultar o nosso Corregedor-Geral, o Desembargador Noeval, o qual poderá dizer especificamente essa questão do cumprimento dessa.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Qual a orientação do Tribunal de Justiça sobre a necessidade de representação nos crimes de lesão corporal de natureza leve?

**A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA** – Eu acredito que o Tribunal de Justiça tenha encaminhado juntamente à Vara da Violência da Mulher e, quando nos outros, há um pedido diretamente pelo Magistrado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós queremos lembrar aqui que existe uma decisão do Supremo Tribunal Federal de que em alguns lugares alguns juizados não estão sendo respeitados. Por isso que eu deixarei alerta. É muito importante a resposta a essa questão que a Senadora coloca.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Como o Tribunal fiscaliza o cumprimento da Lei Maria da Penha no que se refere à representação de algumas propostas de transação penal ou suspensão condicional do processo que contrariam a decisão do Supremo Tribunal Federal?

**A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA** – Essa fiscalização do Tribunal de Justiça é feita junto à 2ª Vice-Presidenta através dos juízes auxiliares do nosso 2º Vice-Presidente, que é o responsável por esta fiscalização.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Tomamos conhecimento também de que praticamente inexistem casos de tentativa de homicídio de mulheres no Paraná porque todas as denúncias são desclassificadas no juízo ou no Tribunal. Como a Coordenadoria está acompanhando isso? Que providências irá tomar para a correta aplicação da lei?

**A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA** – A Coordenadoria está tomando conhecimento disso agora. Tenho certeza de que nós vamos estar atentos a essa questão e vamos tomar todas as medidas necessárias para aplicar a lei corretamente.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Que esforços está fazendo a Coordenadoria para viabilizar o serviço de atendimento às mulheres em situação de violência?

**A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA** – A Coordenadoria está agora entrando em contato com todas as autoridades, como disse já no início da minha fala, para que juntos façamos um Conselho Estadual em relação à violência da mulher, para que apliquemos as questões práticas em relação a ela. Vejo que, como disse no início da minha fala, o principal é tentar fazer um trabalho juntamente com o agressor. A Coordenadoria está atenta a isso para que, quando aplicado, juntamente aos nossos novos juizados, tenha esse atendimento não só a vítima, como também o agressor.

É o caso do Juizado de Londrina, em que agora, em 30 novembro, foi assinado junto à Secretaria de Segurança um trabalho junto com o agressor e junto com a faculdade também, é feito um trabalho junto com o agressor. O pessoal aqui de Londrina está concordando, é um trabalho que está sendo desenvolvido e que está dando ótimos resultados porque, como disse, o que temos em mente? É como o câncer, todo câncer tem uma célula que começou mal, que se desenvolve e temos que cuidar da célula cancerígena, que é o agressor. Então, esse atendimento ao agressor é prioritário, não estamos longe dessa questão. *(Manifestação da plateia.)*

Também. Quanto ao apoio à mulher agredida, nós temos também essa questão levada ao Tribunal. Vejam, no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, como os demais, temos limitações para atuar. Nós precisamos ter conjunto, nós temos que ter pactos, nós temos que ter pessoas, outros órgãos que nos auxiliem para instituir a casa abrigo, o centro de reabilitação ao agressor. Todas essas leis, como disseram as nossas Deputadas e autoridades presentes, são maravilhosas, mas, para colocar em prática, precisamos urgentemente colocar em prática os seus artigos dentro das limitações, dentro das condições possíveis.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Drª Denise, ainda tenho algumas perguntas, mas estou sendo solicitada aqui. É claro que nem todas as perguntas talvez a senhora vá conseguir responder com mais informações. Essas perguntas deverão ser encaminhadas à CPMI, a gente dá aqui um prazo de até uma semana, no mais tardar, no final da semana que vem, mas que as respostas realmente possam ser com mais conteúdo.

**A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA** – Eu me comprometo, como disse, a encaminhar todas as respostas.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Eu vou ler. É importante que façamos aqui as perguntas para que as pessoas presentes possam tomar conhecimento dessas perguntas.

**A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA** – Pois não.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Depois, ao resultado das respostas nós daremos publicidade também através do *site* da CPMI.

Segundo os dados encaminhados pelo Tribunal de Justiça do Paraná, em 2011, foram julgados mais de 7 mil processos relativos a crimes contra as mulheres, sendo 60% amparados pela Lei Maria da Penha. Entretanto, apenas 5,5% desses processos da Lei 11.340 tiveram sentenças condenatórias. A que se atribui esse número baixo de condenações? Sessenta por cento dos crimes, apenas 5,5%, de acordo com a Lei Maria da Penha, foram condenatórios.

**A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA** – Veja, como sou coordenadora, não sou juíza sentenciante desses processos, eu não poderia lhe dar esses dados com precisão; apenas aleatoriamente. Então eu teria que consultar o magistrado designado para esse caso, pedir informações a ele, e ele me repassando eu poderia passar para a CPMI, porque eu não poderia falar em nome dele o porquê dessa questão porque ele é o juiz vinculado aqueles processos.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Possivelmente, deve ser o número insuficiente de profissionais, poucas varas... Deve ser isso.

**A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA** – Vai se feito o levantamento e com certeza tudo lhe será passado. Porque estamos com poucas varas, estamos com apenas uma, como foi dito anteriormente.

**A SRA. MARIA DO CARMO ALVES** (DEM – SP) – Pelo levantamento apresentado pelo Tribunal de Justiça, 25% dos processos foram encerrados com prescrição ou decadência. Por que um percentual tão elevado de prescrição e decadência?

**A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA** – Será que não foi com a própria resposta que V. Exª deu agora, por falta de profissionais, de magistrados?

**A SRA. MARIA DO CARMO ALVES** – Pode ser, mas essa resposta nós queremos ouvir depois do Tribunal.

**A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA** – Pois não.

**A SRA. MARIA DO CARMO ALVES** – Em 2011, seis processos da Lei Maria da Penha foram concluídos utilizando a Lei 9.099, de 1995. Essa prática continua? Qual a orientação do Tribunal de Justiça sobre isso?

**A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA** – Acredito que não, acredito que não. É uma lei específica, não teria porque ser lei de juizados especiais, mas também vamos lhe informar. Todas essas questões, tenho certeza de que vamos responder satisfatoriamente. Peço perdão por não estar apta a responder a todas essas questões, porque não estão afeitas a minha pessoa, mas sim aos juizados especiais.

**A SRA. MARIA DO CARMO ALVES** – Está bem.

Segundo levantamento do movimento de mulheres, são aproximadamente 2.222 casos de estupros registrados por ano no Estado, ou cerca de 30% de todas as ocorrências. Porém, apenas dez processos foram concluídos com apenas duas condenações. Esses dados estão corretos? Em caso afirmativo, qual o motivo desta discrepância entre o número de boletins de ocorrência registrados e processos concluídos? Há como apontar onde estão os entraves para resolução e condenação dos acusados?

**A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA** – Acredito que, com certeza, há como apontar onde estão os entraves e as soluções. A questão principal, se esses dados estão corretos, também não me foi passado para poder lhe afirmar. Farei o levantamento e lhe passarei com certeza.

**A SRA. MARIA DO CARMO ALVES** – Então, Drª Denise, quero aproveitar aqui que solicitamos que o Tribunal nos responda, porque os questionamentos iniciais que fizemos, os pedidos de informação, pelas informações que tenho, também não chegaram para nós... (*Pausa*.) Chegaram?

As perguntas, há um mês, nós encaminhamos alguns pedidos de informação, então essas informações já chegaram. Além dessas informações, se for possível, nos respondam a essas perguntas no prazo de uma semana, além daquelas perguntas iniciais que eu fiz com relação ao orçamento, com relação às maiores dificuldades que vocês enfrentam aqui para que a gente possa ter essas respostas completas.

**A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA** – Eu me comprometo, em nome do Tribunal de Justiça, a lhe enviar todas essas respostas até sexta-feira desta semana ainda.

**A SRA. MARIA DO CARMO ALVES** – Com certeza?

**A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA** – Com certeza.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos.

**A SRA. DENISE KRÜGER PEREIRA** – Obrigada, e, desculpe, só mais um detalhe: agora, no dia 10 de julho nós teremos uma reunião no CNJ quando será ouvido o Tribunal de Justiça nas questões referentes à violência contra a mulher, e já em mãos levarei a V. Exª.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos à Desembargadora Denise Krüger.

Queria justificar a ausência do Senador Sérgio Souza, que, durante toda a manhã e desde ontem esteve conosco. S. Exª foi convocado porque está se reunindo agora à tarde o Conselho de Ética para a apreciação do processo contra o Senador Demóstenes, e ele não poderia estar ausente diante de uma decisão tão importante para o processo brasileiro, evidentemente, porque ele agora é membro titular do Conselho de Ética e o voto dele pode ser definitivo.

Queremos também agradecer à Vice-Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da OAB, Drª Denise Krüger; anunciar a presença da Vânia Queiroz, da Associação Nós do Poder Rosa de Londrina; da Vereadora de Curitiba Noemia Rocha; e da Vereadora de Fazenda Rio Grande, Lirani Franco.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, queria lembrar aos representantes do Procurador-Geral da Justiça do Paraná que dividirão o seu tempo. Para cada instituição é determinado o mesmo tempo e deverão dividir o seu tempo de exposição. Parece-me que falará em primeiro lugar o Procurador Fábio Bruzamolin e em seguida a Drª Cláudia Martins, que disporão, juntos, de até 15 minutos, distribuindo o seu tempo, correspondendo a suas compreensões?

Peço que Drª Cláudia fique mais próxima para, em seguida, ocupar o seu tempo.

**O SR. FÁBIO BRUZAMOLIN LOURENÇO** – Exma. Srª Presidente da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional, Deputada Jô Moraes, pessoa pela qual cumprimento os demais integrantes da Mesa, demais autoridades, senhoras e senhores, como já anunciado, farei uma introdução em relação a esta questão no Ministério Público e depois a Drª Cláudia fará suas breves considerações e estaremos a disposição para responder as perguntas que forem formuladas.

Esta área de gênero e de enfrentamento da violência contra a mulher já vem sendo trabalhada pelo Ministério Público há algum tempo no Centro de Apoio aos Direitos Constitucionais do Ministério Público do Estado do Paraná. Com o avanço dessas discussões, análise de uma série de questões envolvendo a temática, participação inclusive das técnicas do Centro de Apoio no auxílio aos trabalhos da CPMI, na integração na Rede de Defesa da Mulher, foram feitos vários estudos de avaliação da política no Estado do Paraná. A partir disso e da crescente discussão em relação à temática da violência contra a mulher e das questões de gênero como um todo, foi institucionalizado, no Ministério Público do Paraná, um Núcleo de Gênero e Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que será o órgão responsável pela gestão do cadastro dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, por promover os cursos de capacitação e organizar dos próprios integrantes do Ministério Público do Estado do Paraná e por fazer a gestão dos estudos necessários dessa área para garantir esse direito naquilo que compete às atribuições do Ministério Público do Estado do Paraná.

O Dr. Gilberto Giacoia, nosso Procurador-Geral de Justiça, participou hoje pela manhã da reunião com o vice-governador e não pode, infelizmente, comparecer aqui hoje em função de compromisso inadiável que ele já tinha no colégio de procuradores, mas, como os senhores se recordam, ele já deixou consignada a disposição do Ministério Público do Estado do Paraná em fazer as atividades e ações necessárias em parceria com seja o Governo do Estado ou com movimento social em relação a este grave problema da violência contra a mulher.

Então, a criação desse núcleo vai permitir, nos próximos dias, a organização desse cadastro previsto no artigo 26, inciso III, da Lei Maria da Penha, o *software* que é do Mato Grosso que desenvolveu a partir dos trabalhos da Copervideo, da Comissão Permanente da Violência Doméstica do GNDH – Grupo Nacional de Procuradores Gerais, um órgão do CNPG – Conselho Nacional de Procuradores Gerais, já está disponibilizado no Ministério Público. Agora vai ser feita a coleta de dados e efetivação do cadastro. Acredito que no próximo mês isso já vai estar a disposição da sociedade paranaense.

Drª Cláudia.

**A SRA. CLÁUDIA CRISTINA RODRIGUES MARTINS** – Cumprimento a Srª Presidente desta CPMI, como o meu ilustre colega já fez, e os demais Deputados presentes.

É uma honra e, na verdade, uma grande oportunidade estar aqui para divulgar vários atos que o Ministério Público do Paraná já vem envidando há mais de dois anos em busca da melhor efetividade ou em busca da efetividade da Lei Maria da Penha.

Eu gostaria de fazer uma retificação. Eu fui chamada de procuradora, não sou ainda, mas sou Promotora titular da Vara da Violência Doméstica em Curitiba há pouco mais de quatro anos.

O Dr. Olimpio, Procurador-Geral anterior, sensível à questão da Lei Maria da Penha, tão logo a vaga foi titularizada, imediatamente envidou esforços no sentido de que nós pudéssemos implementar aquilo que estava ao nosso alcance em termos de orçamento. Dessa iniciativa redundou que o Paraná participou, desde as primeiras reuniões, do desenvolvimento desse *software*, que redundou nesse material que o Mato Grosso do Sul licitou em primeiro lugar e passou, graciosamente, para os Estados atendendo a uma taxonomia. Explico: como o cadastro nacional está previsto de forma genérica no art. 26, tivemos a preocupação de unificar essa estatística do cadastro para que, efetivamente, pudéssemos interferir em termos de propositura concreta de políticas públicas.

Então esse *software* demorou mais de um ano para ser desenvolvido porque ele contempla dados que não são só jurídicos, ele contempla dados de ordem antropológica, vale dizer que nos permite identificar no âmbito do Estado onde estão os focos de violência e quais as razões para que possamos, então, municiar o Poder Federal com dados aptos a serem utilizados de forma organizada. Então esse trabalho não foi feito no último mês; ele é um trabalho de mais de dois anos e, envolvendo dinheiro público, demanda licitação. O Paraná está nessa iniciativa desde seu nascedouro. Estamos com a expectativa de que ele seja implementado, o mais tardar, no mês que vem porque também houve a criação de um núcleo que vai chamar para si esse trabalho ante a dificuldade dos colegas que estão na execução, como eu na Promotoria, como os demais colegas que acumulam função, de alimentar esse cadastro, haja vista que é um cadastro bastante denso, bastante complexo, prevendo, como disse, dados que nos possibilitam interferir junto ao Poder Público federal e estadual.

Afora isso, o Ministério público do Paraná também tomou a iniciativa – eu sou o membro efetivo da Copevid e tive apoio da Procuradoria-Geral de Justiça, tanto da anterior quanto dessa – para que nós imprimíssemos cartilhas que fazem parte da Campanha Nacional de Combate à Violência Doméstica. Essa cartilha é uma iniciativa também de todos os Estados e não só do Ministro Público do Paraná. Eu me sinto autorizada a dizer isso de público para os senhores porque nós temos reuniões bimestrais nos diversos Estados. A Copevid hoje tem vários enunciados e é ela que orienta, no âmbito dos Estados, a partir da iniciativa dos órgãos de execução dessa área especializada, ações mais concretas, porque a legislação, como os senhores sabem, é maravilhosa, mas entre implementar tudo que ela prevê e o nosso momento presente, há necessidade de iniciativa concretas que precisam ser fracionadas.

Então, nós temos esses encontros bimestrais, que redundaram nessa campanha nacional. O Ministério Público do Paraná já tem uma quantidade que é bastante tímida frente às nossas necessidades, mas já envidou esforços junto à Secretaria de Justiça, eu tenho a promessa da doutora de que nós muito em breve imprimiremos muito rapidamente isso. A nossa previsão, no primeiro momento, é a de que essas cartilhas estejam distribuídas nos colégios da rede estadual até o final do ano. Concretamente, fora do âmbito da Promotoria, em termos de trabalho processual, são essas as duas iniciativas mais significativas que estão sendo realizadas no último ano e meio aproximadamente.

De concreto, ainda em prol da efetivação da legislação, nós temos o cuidado de manter um diálogo muito afinado com a Delegacia da Mulher. Cabe aqui, inclusive, um elogio público – a oportunidade não poderia ser desperdiçada –, que se faça o registro do esforço pessoal, em especial, da Drª Sâmia, lotada na Delegacia da Mulher há algum tempo.

Explico aos senhores o seguinte: já foi dito aqui que precisamos de capacitação para os profissionais da Maria da Penha. A fala parece óbvia, mas entre ser óbvia e nós conseguirmos efetivamente a manutenção dos profissionais que atuam na linha de frente – quando digo linha de frente estou dizendo literalmente de linha de frente, estou falando daquele profissional que recebe a mulher com o ânimo completamente alterado, muitas vezes lesionada, no plantão da delegacia de policia –, assim como nós no Juizado que estamos fazendo com que a mulher reviva a história dela, muitas vezes testemunhando contra o ente querido, precisamos de capacitação e preparo e a capacitação e o preparo passam por estar familiarizado com o discurso de gênero. Isso para o operador jurídico não é muito fácil. Nós temos que ter esse grau de consciência. Embora o trabalho deságue em nós, nós não temos a ótica, muitas vezes, nem e a sensibilidade, não por má vontade, mas por pura falta de conhecimento, por estarmos familiarizados com a questão de gênero.

Atendendo a isso, eu gostaria de fazer o registro de que também há dois anos nós fizemos, em conjunto o Ministério Público e o Poder Judiciário – cabe o registro do elogio à pessoa da Drª Luciane Bortoleto, que muito se animou com a iniciativa, e tivemos integral apoio do Procurador-Geral – fizemos – repito–, dois anos atrás, um encontro para capacitação. Alguns operadores jurídicos participaram, mas muito menos do que nós esperávamos. Isso é o retrato da falta de familiaridade dos colegas.

Por favor, não entendam isso como uma acusação. Eu costumo ser repetitiva para aquelas pessoas que já me conhecem das reuniões, insistindo na necessidade de se afastar um pouco do discurso jurídico e se atentar para a peculiaridade do fenômeno da violência doméstica. Então, nesses termos, na questão da capacitação, também tivemos um encontro estadual dois anos atrás. Nesses encontros, nessas visitas à delegacia, a cada dois meses, nós temos a preocupação de identificar sempre o que está acontecendo, embora muitas vezes nós tenhamos repetição das queixas, das reclamações, da problemática de não termos pessoal que fique naquele espaço tempo suficiente para se familiarizar com a matéria. Embora muitas vezes nós não tenhamos uma solução de imediato, nós estamos lá tentando isso e sempre nos propondo a fazer reuniões que algum tipo de luz traga para essa problemática.

Por fim, nós fizemos uma inspeção no Centro de Apoio pouco antes da criação do Núcleo, porque já era o Centro de Apoio dos Direitos Constitucionais, que vinha abarcando essa matéria pela afinidade da tratativa dos direitos humanos, nós fizemos uma visita ao Centro de Referência da Mulher, sempre com esse viés de achar soluções. O Ministério Público, a despeito de ter a incumbência maior de oferecer denúncias e fazer alegações finais e acompanhar toda a questão da persecução criminal em juízo, por vocação constitucional, tem essa destinação e esse olhar mais cuidadoso para a questão extrajudicial. Então, eu gostaria de fazer o registro do que foi feito, por força e iniciativa e ideal do Ministério Público, em especial, na Promotoria de Curitiba.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós pediríamos que aguardassem um pouquinho, Drª Cláudia e Dr. Fábio.

Fica mais fácil. A Deputada Rosane gostaria de levantar algumas preocupações.

**A SRA. ROSANE FERREIRA** – Rapidamente.

Uma das questões aqui levantadas, no meu modo de ver, é a ausência da tipificação da tentativa de homicídio contra mulheres. Não tipificar a tentativa de homicídio pode ser a diferença entre prever que o crime se concretize. Pode ser a diferença. Então, eu tenho três perguntas para lhe fazer.

Eu gostaria de proferir as três e aguardaria as respostas.

O que o Ministério Público pensa das desclassificações das denúncias de tentativa de homicídio para lesões graves?

Que providências o Ministério Público toma quando isso ocorre?

Qual a orientação do Ministério Público sobre a necessidade de representação nos crimes de lesão corporal de natureza leve e como o Ministério Público fiscaliza o cumprimento da Lei Maria da Penha no que se refere à representação e algumas propostas de transação penal ou suspensão condicional do processo, que contrariam a decisão do STF?

**A SRA.** **CLÁUDIA CRISTINA RODRIGUES MARTINS** – Deputada Rosane, eu gostaria, primeiro, de situar os presentes no seguinte sentido; eu posso falar com toda clareza daquilo que fazemos na Promotoria e do que o entro de Apoio do Ministério Público do Paraná tem como posicionamento claro, assertivo, a respeito disso.

Nós temos um problema, que é a questão legal de uma resolução que determina que a competência no âmbito de Curitiba é fracionada. Então, na Promotoria e no Juizado da Violência Doméstica, nós fazemos todos os tipos de delito de violência doméstica contra a mulher, ressalvados os crimes contra a vida, consumados ou tentados.

Então, o que acontece? Nós temos essa tipificação do inquérito, mas eu não tenho a atribuição legal. O que eu faço? Eu encaminho para o colega do Tribunal do Júri. Por sua vez, o colega do Tribunal do Júri, o juiz do Tribunal do Júri, tem independência funcional e constitucional para decidir.

Eu gostaria de fazer um parêntese importante no seguinte sentido: nós temos uma questão que ultrapassa o ideológico, mas ultrapassa a familiaridade com a questão do gênero – vou insistir nisso – e o colega que, muitas vezes, está acostumado com o homicídio triplamente qualificado entre desconhecidos, não vai ter a mesma percepção do círculo da violência. Ele não vai entender que aquela tentativa branca, em que a mulher não chegou a ser machucada, efetivamente tinha dolo de homicídio.

Então, nós temos, efetivamente, esse nó, que é prático; ele nem é processual; ele é prático. Nós temos uma resolução hoje que separa a competência dos delitos contra a vida na forma consumada ou tentada. A partir do momento que o meu colega que atua na face dos crimes contra a vida tem o seu entendimento, eu não posso discordar do entendimento dele. Eu tenho autonomia dentro das minhas atribuições.

O que eu gostaria de colocar é que no nosso encontro, há um ano e meio atrás, essa foi uma coisa contra a qual nós nos insurgimos. A colega de Londrina, muito emocionada, levantou no plenário e disse: “Colegas, vocês precisam entender que os homens matam”.

Em Londrina se faz homicídio, se vai até o final do homicídio. Então, você consegue acompanhar com clareza, lastimavelmente, o início da ameaça e a escalada da violência até chegar ao final, enfim, que é aquilo contra o que a gente trabalha, que é a segurança da vida.

Em Curitiba, nós temos essa questão do nó e há muito pouco a ser feito quando nós temos divergência de entendimento, mas se explica porque nós não temos essa rubrica, essa tipificação jurídica no âmbito do Juizado da Violência Doméstica contra a Mulher em Curitiba.

Eu espero ter respondido dentro do possível. Eu só gostaria de ressalvar que o centro de apoio ao criminal orienta os colegas, mas não pode se imiscuir na independência funcional de cada promotor tem esse posicionamento também.

**A SRA. ROSANE FERREIRA** (PV – PR) – Esse nó é desatável, Promotora? Nós precisamos que ele seja desatável.

**A SRA. CLÁUDIA CRISTINA RODRIGUES MARTINS** – Eu diria que toda resolução pode ser revista, mas seria muita ousadia da minha parte, Promotora de Justiça de primeiro grau, dizer que essa resolução vai ou não ser revista. Eu posso – insisto nisso – defender aquilo que nós pensamos. Essa matéria deveria estar conosco, mas neste momento ela não está.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PC DO B – MG) – O Deputado Dr. Rosinha também gostaria de fazer um questionamento.

**A SRA. CLÁUDIA CRISTINA RODRIGUES MARTINS** – Pois não.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Serei bastante rápido.

Nós estivemos, pela manhã, visitando a Delegacia da Mulher. A delegada disse que 90% das mulheres que vão até lá pedem medidas protetivas, que devem ser dadas em 48 horas e acaba levando dois meses, em média, para serem atendidas. Bom, em dois meses, ou por um lado, ou por outro, geralmente já está resolvido.

Qual é a posição, o que tem feito o Ministério Público, que é a proteção constitucional da cidadania e dos direitos humanos? Como tem agido nessa situação o Ministério Público?

**A SRA. CLÁUDIA CRISTINA RODRIGUES MARTINS** – Deputado, eu gostaria de esclarecer o seguinte: quando nós falamos dois meses, esse dado existe em termos de cumprimento da medida, mas ele não é regra. Quando a mulher vai à delegacia e pede medidas protetivas, normalmente é feito um termo da oitiva e um boletim de ocorrência. Isso vai, normalmente, no dia seguinte ou dois dias depois para o Juizado e é bastante comum que nós tenhamos despacho de concessão de medidas protetivas em 48 horas. Pelo volume que nós temos, eu gostaria que isso fosse visto com clareza. É um esforço sobre-humano que os colegas da magistratura que estão lotados lá fazem. Nós temos os despachos em 48 horas, no máximo, a partir do recebimento do boletim de ocorrência.

O que nós temos, que se traduz nesse número divulgado em dois meses, é o cumprimento do mandado de citação do ofensor. Aí nós temos um problema que esbarra na falta de oficial de justiça. Não é uma questão operacional nossa, operacional.

Então, o senhor pergunta: o que o Ministério Público faz concretamente? Eu vivo pedindo reuniões e fazendo reuniões com o Procurador-Geral alertando-o a sobre a necessidade que nós temos de gestionar junto ao Poder Judiciário, que é quem tem atribuição de lotar oficial de justiça, para que aquela parte que não depende de nós possa ser cumprida. Não depende de nós nesse sentido, não podemos pegar o mandado e ir cumpri-lo. Ele não teria validade legal. A parte da rapidez do atendimento, isso posso dizer ao senhor que está sendo feito. E eu me orgulho de dizer isso porque é bastante esforço para o número que nós temos.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – A outra pergunta é: quantas denúncias a senhora apresentou em 2011 na Vara de Violência Doméstica

**A SRA. CLÁUDIA CRISTINA RODRIGUES MARTINS** – Eu não sei dizer ao senhor o número de 2011, mas a média de denúncias mensais oscila entre 80 e 120 mensais. Eu não sabedoria responder ao senhor. Hoje nós temos perto de 1200 ações penais em andamento.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Eu perguntaria ao Procurador Fábio se ele gostaria de fazer algum comentário e só pediria um esclarecimento – me fugiu nos depoimentos: diante dessa resolução que cria essa dicotomia estranha no processo judiciário. Fugiu–me da cabeça.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Só uma observação. Quando a Doutora respondeu, a nossa Presidente interrompeu. Ela deu um número que é menor que 10% dos registros, dos processos.

**A SRA. CLÁUDIA CRISTINA RODRIGUES MARTINS** – O senhor está se referindo a que processos? Eu gostaria...

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Violência doméstica.

**A SRA. CLÁUDIA CRISTINA RODRIGUES MARTINS** – Na verdade, nós temos a questão técnico-jurídica propriamente. Há uma diferença entre o número de boletins de ocorrência registrados e o que vira inquérito, entre inquéritos concluídos aptos para a denúncia e o que efetivamente é denunciado ou será arquivado. Então, há números no meio disso. Nós não pegamos o boletim de ocorrência e o transformamos em ações penais.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Só quero dizer o seguinte: esses números foram solicitados pela CPMI a todos os Estados brasileiros, mas o Paraná não mandou. É justamente isso que nós queremos saber. Qual é a impunidade?

A Delegacia da Mulher hoje trabalha com 50% do quadro necessário de funcionários. Quando a Desembargadora esteve aqui, ela também disse que há necessidade de mais gente, agora com números oficiais.

O que ocorre? Registra–se o boletim de ocorrência – a própria Delegacia nos informou isso –, e é marcado o dia do primeiro depoimento, que nunca ocorre no momento, por falta de funcionário; só dez dias depois. Imagine voltar dez dias depois para dar o depoimento do boletim de ocorrência que eu fiz hoje! Então, já não vai haver o mesmo número de depoimentos em relação aos boletins de ocorrência registrados. Está faltando funcionário. A mulher pode chegar a casa e dizer: “Eu registrei a queixa, porque você me bateu”. Pronto! Ele bate outra vez, e ela não volta mais nem dá seu depoimento.

Então, nós vamos fazer conclusões aqui, mas eu acho que o Estado brasileiro tem que resolver essa questão específica, pois é uma tragédia essa violência. Têm que responder tanto o Tribunal de Justiça como o Poder Executivo, o Legislativo e o Judiciário. O Legislativo menos, mas o Judiciário e o Executivo têm que responder imediatamente, apesar da falta de funcionário. Quando comparamos os boletins de ocorrência com as denúncias que chegam lá na frente, é muito pouco. Alguns se perderam pelo medo de voltar; outros se perderam pela pressão própria; e outros se perderam por falta de funcionário para investigar, e assim por diante.

**A SRA. CLÁUDIA CRISTINA RODRIGUES MARTINS** – Eu posso responder?

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Sim.

**A SRA. CLÁUDIA CRISTINA RODRIGUES MARTINS** – Eu gostaria de agregar mais um elemento que eu não trouxe ainda.

Apesar de haver um limitador de tempo, eu gostaria só de insistir nisto: o prazo não costuma ser de dez dias; o prazo é inferior a isso. Não é no mesmo dia – realmente não é –, mas é uma questão, normalmente, de dois, três dias. Há agendamentos para a mesma semana, no máximo para o início da semana seguinte, e, 48 horas depois, ela está com a medida protetiva, que é o que hoje o nosso contingente humano nos permite.

Eu gostaria de trazer alguns dados no seguinte sentido: a violência doméstica é um fenômeno bastante complexo, e nós estamos tratando de algo que está mexendo com o âmago da alma da mulher.

É muito comum que uma parte dessas mulheres, independentemente da obsolescência do nosso sistema, das nossas falhas, reveja a situação por diversas razões, desde a econômica até o medo, a pressão da família, a mudança pessoal, uma vez que há um problema grave de se ver como sujeito de direitos. Ela retira aquilo que nós chamamos comumente de queixa, mas que é a notícia crime e a representação, nos casos de ameaça, porque, no Paraná, nós não processamos lesão corporal leve mediante representação; nós tratamos dela como ação penal pública incondicionada. Esse foi um dos questionamentos que foram feitos. Então, no interregno entre lavrar o boletim e fazer o agendamento, não é incomum – muito pelo contrário, é bastante comum – que, no dia da audiência, ela vá lá para dizer que não quer o processo. Portanto, as nossas audiências costumam ser muito longas porque nós ainda temos um trabalho de convencimento para falar da necessidade de ela nos autorizar a processar o infrator, principalmente na ameaça.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Procurador Fábio.

**O SR. FÁBIO BRUZAMOLIN LOURENÇO** – Deputada, também gostaria de fazer uma correção: sou promotor de justiça.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Está bem. Promotor.

**O SR. FÁBIO BRUZAMOLIN LOURENÇO** – Rosinha tem toda a razão. O Estado brasileiro tem muito a avançar nessa área, sim. Essa é uma avaliação crítica feita inclusive pelo Ministério Público, com muita força e participação, porque temos que avançar muito nessa área. Precisamos reconhecer o que está sendo feito, mas temos que buscar os avanços, porque, entre a letra da lei e a realidade concreta que cada um vivencia ainda há uma distância muito grande.

Por exemplo, em relação a esta questão da necessidade de representação dos crimes de lesão corporal de natureza leve, a orientação do Centro de Apoio, antes da decisão do Supremo, antes daquela malfadada decisão do CNJ, era de que isso não fosse exigido, porque a interpretação mais consentânea com a Lei Maria da Penha é a desnecessidade dessa representação. Porém, cada promotor de justiça, na sua comarca, tem a sua independência funcional. Então, não quer dizer que, porque há essa orientação, há uma vinculação funcional para que assim ele proceda.

É claro que, se num mecanismo de recurso isso chega ao Procurador-Geral, se um promotor arquiva um inquérito policial e depois há um recurso, pode ser designado outro promotor. No entanto, o que eu posso dizer é que, por via de regra, isso não é feito no Ministério Público do Paraná. A grande maioria dos promotores não exige essa representação da vítima em caso de crime de lesão corporal de natureza leve.

Afora isso,...

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – E quanto à resolução?

**O SR. FÁBIO BRUZAMOLIN LOURENÇO** – Antes disso, em relação à questão do núcleo, um dos objetivos é justamente fazer essa capacitação interna, para que esse assunto e outros dessa natureza possam ser melhor debatidos e compreendidos pela própria classe.

Em relação à resolução, que faz essa divisão de atribuições, a princípio não há nenhum óbice para que seja alterada, dependendo do entendimento do Procurador-Geral de Justiça em relação à matéria. A única questão que tem que ser verificada é que os crimes dolosos contra a vida têm competência constitucional de julgamento pelo Tribunal do Júri.

Então, haveria dois modelos a serem seguidos: o promotor que já atua no Tribunal do Júri também atuaria nesses casos de crime dolosos contra a vida, em casos de violência doméstica que resultam em tentativa ou homicídio, ou seria o promotor vinculado aos juizados. Haveria até uma questão operacional de como seria feita essa alteração, mas isso pode ser discutido perfeitamente, conversado e totalmente modificado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – O.k. Essa é uma resolução da Procuradoria-Geral do Estado. Essa é uma questão, por ser um nó, importante...

**O SR. FÁBIO BRUZAMOLIN LOURENÇO** – O Procurador-Geral de Justiça pode fazer isso. Na verdade, o promotor da violência doméstica pode eventualmente atuar perante o Tribunal do Júri, se, entre as suas atribuições, isso for modificado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – O.k. Nós agradecemos.

Quer um esclarecimento?

**A SRA. CLÁUDIA CRISTINA RODRIGUES MARTINS** – Eu gostaria.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – É preciso ficar muito clara essa dicotomia, ao se transferir a responsabilização da tentativa de homicídio contra a mulher da Delegacia da Mulher para as delegacias de homicídios.

**A SRA. CLÁUDIA CRISTINA RODRIGUES MARTINS** – Eu vou tentar esclarecer algo. Há hoje uma resolução do Tribunal que impede que os crimes tentados ou consumados contra a vida sejam processados no juizado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Do Tribunal de Justiça do Paraná?

**A SRA. CLÁUDIA CRISTINA RODRIGUES MARTINS** – Isso. O que o Procurador-Geral de Justiça pode fazer, como o Dr. Fábio explicou? Ele pode designar-me ou o colega titular do Tribunal do Júri para atuar nas duas varas – isso ele pode fazer –, mas ele não pode, por si só, decidir que aquilo que hoje o juizado da violência doméstica não tem competência para fazer, que é o crime tentado ou consumado contra a vida, que hoje é do Tribunal do Júri, seja de nossa responsabilidade. Isso ele não pode fazer. Ele pode designar os promotores, mas não pode alterar a competência da vara.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – O.k. Nós agradecemos e solicitaremos, com certeza, a alteração dessa resolução, para que nós possamos, efetivamente, ... *(Palmas.).*

Agradecemos a contribuição dos promotores.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Deputada Jô, quero apenas solicitar aqui aos nossos representantes do Ministério Público que as respostas que nós não obtivemos dos pedidos de informação possam chegar dentro de, no máximo, uma semana, para que possamos analisa-las e finalizar o nosso relatório. Então, nós pedimos que vocês...

**A SRA. CLÁUDIA CRISTINA RODRIGUES MARTINS** – Nós levaremos ao conhecimento do Procurador-Geral a necessidade da resposta dentro do prazo. Estará na mão de V. Exªs.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Inclusive o número de processos da vara de violência doméstica.

**A SRA. CLÁUDIA CRISTINA RODRIGUES MARTINS** – Perfeito.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Certo?

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós passamos agora a palavra, com satisfação, à Secretária de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná, Srª Maria Tereza Uille Gomes, que disporá de até 15 minutos. Drª Tereza, isso poderá entrar nas polêmicas que até agora foram processadas nesta audiência.

Nossa Secretária de Justiça, eu gostaria antes, Drª Tereza, de registrar a presença da Vereadora Professora Josete, da Câmara de Curitiba, (*Palmas*.) da vereadora, Presidente da Câmara Municipal de Pinhais, Ivone Carvalho dos Santos, (*Palmas*.) do Vice-Presidente Márcio Kieller, da CUT, da Central Única dos Trabalhadores, e da Secretária de Saúde da Prefeitura Municipal de Pinhais, Vilma Serra.

Com a palavra a nossa Secretária de Justiça, que disporá de até 15 minutos.

**A SRA. MARIA TEREZA UILLE GOMES** – Obrigada, quero inicialmente saudar a Presidente, Deputada Jô Soares, a Relatora, ...

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes – PCdoB – MG) – Quase Jô Soares, mas é Jô Moraes.

**A SRA. MARIA TEREZA UILLE GOMES** – Jô Moraes, desculpe-me, a Relatora, Senadora Ana Rita, e os membros da CPMI, Deputado Rosinha, Deputada Rosane Ferreira, Deputado Sérgio Souza, destacar também a honrosa presença da Deputada, que nos honra com a presença, Cida Borghetti, e ao cumprimentar os integrantes da CPI, que nos prestigiam com a presença, quero saudar cada uma das pessoas que aqui está e que nos distingue com essa honrosa presença, para tratar de um tema que é de absoluta relevância, as senhoras e os senhores, destacar também a presença da nossa equipe de trabalho, essa matéria no âmbito da Secretaria é coordenada pelo Prof. Gediel, e tem na Vice-Coordenação a Regina Bley, quero agradecer todo o trabalho e empenho da nossa equipe e da Secretaria e de suas pessoas.

Muito do que poderia dizer já foi dito pelos nossos antecessores, em razão do tempo, tentarei ser absolutamente breve e objetiva.

Fiz aqui alguns rápidos apontamentos. Enfrentando a violência contra a mulher, nada mais estamos falando do que o sinônimo de violação aos direitos humanos da mulher. E a pergunta: Por que apesar da legislação vigente as mulheres continuam sendo vítimas de violência? Temos aqui o Paraná como um dos Estados que tem um elevado número de casos de violência contras as mulheres, mulheres que morrem, especialmente no Município de Piraquara e em alguns Municípios da região metropolitana. É o terceiro Estado brasileiro onde mais morrem mulheres.

E as três perguntas que nos foram colocadas pela CPMI: quais são as políticas que estão sendo implementadas? Primeiro, o que as autoridades aqui presentes, de forma individual ou conjunta, estão fazendo para reduzir a letalidade das mulheres? Quais as maiores dificuldades para o enfrentamento das violências contra as mulheres? Qual o orçamento para 2012/2013?

Falo pela Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e Direitos Humanos. É uma Secretaria que tem sob sua responsabilidade a interação direta com o Conselho Estadual da Mulher e muitas conselheiras estão presentes, tanto dos conselhos estaduais quanto dos conselhos municipais.

Entendo que a questão da violência vai tratar de duas frentes, uma delas é o acesso das mulheres às políticas públicas, isso é fundamental para a redução da violência, e, segundo, a necessidade de políticas públicas também em relação aos homens autores de violência, para que seja feita uma reeducação. (*Palmas.*)

Então, tratando dessa forma, eu gostaria de destacar que, no que diz respeito ao acesso das mulheres às políticas públicas, aqui no Brasil nós temos mais de 500 anos de história, e a história mostra que o descaso com o sistema educacional e principalmente com o acesso das mulheres ao sistema educacional, aos níveis mais elevados de ensino, fez com que as mulheres, por muitos e muitos anos, acabassem ficando dentro de casa, como donas de casa, naquela cultura de que deveriam servir ao marido e à família e, muitas vezes, não tiveram acesso à escolarização e ao trabalho em época própria. Essa é uma das grandes causas de exclusão das mulheres do mercado de trabalho e uma das grandes causas que faz com que a violência tenha altos índices. Portanto, nós podemos enfrentar a temática de políticas públicas mulheres, primeiro, falando do sistema de Justiça, e, aí sim, a falta de estrutura própria em delegacias de polícia ou a ausência de casas abrigo, dada a necessidade de uma melhor estruturação. Nós podemos falar da atuação do Ministério Público, como já foi dito aqui pelos meus colegas antecessores de Ministério Público, e também em relação à estrutura do Poder Judiciário, em relação à necessidade de uma estrutura de equipe técnica. Ainda no sistema de Justiça, nós podemos e devemos falar da Defensoria Pública do Estado do Paraná, e aqui está presente a sua Defensora Pública Geral, Drª Josiane Fruet Lupion.

Eu diria que o Paraná é o Estado tem 20 anos de atraso na implementação da Defensoria Pública do Estado e que uma das maiores metas que nos foram colocadas para este quadriênio, no Governo, foi a regulamentação da Defensoria Pública do Estado do Paraná. E nos primeiros meses, frente à Secretaria, penso que um dos eixos estruturantes mais importantes foi o da discussão pública e aprovação nesta Casa de leis sancionadas pelo Governador, a Lei Orgânica que regulamenta a Defensoria Pública do Paraná.

Se hoje são apenas cerca de 30 pessoas que trabalham na Defensoria, com a abertura de concurso público, já em andamento, já aberto para 198 defensores, e mais de 300 pessoas da equipe técnica, nós vamos sair de uma estrutura quase inexistente de 30 pessoas abnegadas que vêm lutando pela Defensoria para mais de 700 pessoas que serão concursadas, com um orçamento de R$46 milhões. Isso, sim, é uma forma de acesso às políticas públicas, que são destinadas às mulheres que são excluídas e que precisam ter acesso à Justiça.

Poderíamos ingressar no sistema de saúde, poderíamos ingressar na necessidade de acesso das mulheres às políticas públicas junto ao sistema educacional, junto ao trabalho, junto à área de desenvolvimento social. Em relação a isso, cada secretaria de Estado, seja secretaria de educação, de desenvolvimento social, de saúde, tem feito o seu papel.

Mas entendemos que é fundamental, na nossa Secretaria, ancorar dois eixos, um deles, violência contra a mulher encarcerada, isso não pode ser esquecido, porque a violência contra a mulher encarcerada, nós sabemos que a maior violação que temos de direitos humanos no Brasil é a violação dos direitos humanos da pessoa encarcerada. Isso reconhecido no âmbito do Ministério da Justiça, no âmbito da ONU. Por quê? Delegacias superlotadas, seja em relação a homens, seja em relação a mulheres, é violação, sim, flagrante de direitos humanos.

Em relação a essa temática, nós vamos pontuar muito rapidamente as ações que estamos fazendo e a outra, que entendemos fundamental, que é a criação de cooperativas sociais para que as mulheres menos favorecidas tenham condições de trabalhar em sistema cooperativo no ano que é considerado o Ano Internacional das Cooperativas pela ONU, cuja legislação no Brasil, das cooperativas sociais, embora aprovada ainda carece de regulamentação, carece de implementação. E o Brasil, dentre noventa e poucos países, é um dos piores países em cooperativas sociais, que é uma das formas de garantia de renda e é um das formas de autonomia da mulher, para ficar independente, na questão econômica, do companheiro, do marido.

Por isso entendemos que são eixos estruturais, já estamos trabalhando, e esta semana ainda com uma reunião nesse sentido, para a criação regular da primeira cooperativa social para pessoas que estão encarceradas no sistema penitenciário. Mas estamos também, e até porque a Ocepar ainda não tem o registro de nenhuma cooperativa social formalmente aprovada pela Ocepar, então essa será a primeira cooperativa social.

Vamos também, juntamente com o Judiciário, a Defensoria, a OAB e todos os órgãos, criar cooperativas sociais de trabalho no Município de Piraquara, para mulheres. Por que para mulheres? Porque as mulheres são aquelas vitimizadas em razão da carência, morando em favelas, morando no Município de Piraquara que tem quase sete mil pessoas encarceradas. É o maior complexo penitenciário que nós temos no Estado. Talvez por isso os alarmantes índices de mortalidade de mulheres no Município de Piraquara.

Logo, o que queremos é aproveitar a passagem da CPMI para, juntos, construirmos um modelo de cooperativa social para regulamentar aquilo que falta no âmbito da legislação federal e da legislação estadual, e até mesmo destacar do orçamento, seja federal ou estadual, verbas. Até mesmo na Lei de Responsabilidade Fiscal, que destina verbas vinculadas à saúde e à educação, que nós tenhamos verbas vinculadas, sim, ao enfrentamento à violência contra a mulher, com percentuais para escolarização, para o trabalho, através de cooperativas sociais, e para a saúde da mulher, que acaba sempre tendo suas necessidades.

Acho que esses são realmente eixos estruturantes para além da questão de simplesmente denunciar na delegacia. É muito importante, mas muito além da denúncia feita na delegacia, nós precisamos trabalhar com eixos estruturantes que enfrentem a questão da violência em relação à mulher.

Mais do que isso, homens autores de violência. Talvez ainda não existam dados em relação à questão do número de homens que praticam infrações contra as mulheres no Brasil, porque cada Estado tem sua peculiaridade, mas que são usuários de álcool, *crack* e outras drogas. Mas, pelo senso comum, nós temos absoluta certeza de que grande parte da violência doméstica que acontece dentro de casa, e quase 70% das violências que ocorrem contra a mulher são violências domésticas, em razão do uso do álcool, *crack* e outras drogas.

Então, nós precisamos enfrentar essa questão da política em relação às drogas para homens usuários, como forma de prevenção. E eu digo prevenir para não encarcerar, porque se não prevenirmos o uso do *crack* e do álcool, futuramente esses homens serão os nossos clientes no sistema penitenciário.

Razão pela qual a proposta que fazemos e trazemos aqui à CPMI é que já aprovamos, na Assembleia Legislativa, e por unanimidade, duas leis estaduais. Uma lei que permite a parceria do Estado, dos Municípios e de consórcios municipais com APADs, que são Associações de Proteção e Amparo à Drogadição, entidade sem fins lucrativos que, de certa forma, regulamenta essas comunidades terapêuticas que são importantes para suprir uma lacuna quando você não tem como encaminhar esse homem, porque na casa ele não pode ficar, perdeu o emprego, perdeu os laços familiares, mas precisa ter uma referência por seis meses, um ano, até que ele tenha condições de voltar ao convívio social. Então, para suprir essa lacuna, aprovamos uma lei estadual que nos permite essa parceria com as APADs.

O papel da Secretaria de Justiça seria o de definir a metodologia. Já estamos definindo a metodologia, discutindo junto com o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas, e, através desse conselho estadual, que é governamental e não governamental, junto com o comitê de saúde mental, que envolve várias secretarias de Governo, junto com o Governo Federal, que também tem um programa de enfrentamento ao *crack*, para que nós possamos, realmente, ir à causa desse problema.

A violência em relação às mulheres, ou contra as mulheres, é a conseqüência da ausência de uma política pública nesse segmento. E, além disso, cursos também de conscientização para homens, inclusive os homens encarcerados, como foi dito aqui pela Desembargadora Denise Krüger, homens encarcerados que precisam também ter cursos de reeducação para saber os malefícios que essa violência causa na destruição do lar.

E aí já estamos preparando cursos em CD para que eles sejam reproduzidos, não só esses cursos de reeducação, mas também os cursos de qualificação profissional e os cursos de educação formal, para que eles sejam produzidos e reproduzidos dentro dos presídios. E digo mais, Deputado, dentro das celas.

Se o problema é a mobilidade dos presos, então vamos identificar aqueles que cometeram violência contra a mulher e vamos dar cursos dentro das celas, com DVD, com TV, 90% das celas já têm TV, para que isso seja contado como remissão da pena pelo estudo.

Isso, sim, eu acredito que são ações integradas que nós podemos perfeitamente desenvolver, e desenvolver junto ao Centro de Referência da Mulher e tudo o mais.

Eu pediria um minutinho para que volte só a tela aqui

Algumas ações então.

Criação e estruturação da Defensoria Pública do Estado do Paraná como uma das medidas de enfrentamento à violência contra mulheres. Está em fase, agora, por conta da defensora pública a tramitação desse concurso.

Realização da conferência temática, o que fizemos o ano passado, junto com o Conselho Estadual da Mulher. Essa conferência apresentou, com a participação de quase 600 pessoas, governamental e não governamental, 142 propostas, com cinco eixos: autonomia econômica, educação inclusiva, saúde das mulheres, participação das mulheres em espaço de poder e decisão, e enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres. Em relação a cada uma dessas propostas, no relatório que encaminhamos hoje à CPMI, detalhamos ali de que forma nós as estamos trabalhando.

Mais do que isso, a realização da 3ª Conferência Estadual de Políticas Públicas para Mulheres acabou levando a Brasília 113 representantes paranaenses, para participar da conferência nacional.

Implantação de serviço de educação e responsabilização para homens autores de violência. Nós firmamos um convênio com o Ministério da Justiça, para que funcione em Londrina, na 6ª Vara Criminal e Juizado Especial, com valor de 249 mil, em parceria com a Universidade de Londrina e também com o Município daquela comarca.

O trabalho do Centro de Referência da Mulher, que é um trabalho da Secretaria de Justiça e da Secretaria de Saúde, em parceria; todas as terças-feiras se reúnem junto ao Juizado Especial de Violência Doméstica de Curitiba, atendendo mulheres que foram vítimas de violência. Hoje tivemos oportunidade de apresentar o centro de referência à Senadora que nos acompanhou, Senadora Ana Rita.

Implantação de APADs, como disse, com aprovação da lei estadual para implantação desses espaços para enfrentamento à questão do álcool, *crack* e outras drogas, isso para os homens, como forma de prevenção.

Construção de casas abrigo para mulheres. É fundamental que elas tenham espaço digno. E aqui em Curitiba já existe um terreno, ali em Santa Felicidade, com uma área de 7,095 mil metros quadrados, onde é perfeitamente possível e queremos, vamos executar a construção de mais uma casa abrigo para mulheres. Não apenas a casa como espaço para refúgio, mas a casa como espaço de escolarização e qualificação profissional, e a casa com funcionamento de uma cooperativa social de trabalho para mulheres.

Assinatura de termo de cooperação técnica para funcionamento do Centro de Referência da Mulher e também a ampliação desse centro de referência, que é uma parceria com o Governo Federal da ordem de R$227 mil.

A implantação do núcleo de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Esse também é um caso muito sério que temos aqui no Paraná, porque é região de fronteira, e nós temos, em razão de ser região de fronteira, a questão do tráfico de mulheres para prostituição. Então, o convênio com o Governo Federal para implantação do núcleo de enfrentamento, da ordem de R$308 mil.

Oferta de curso de defensoras de direitos humanos. É um trabalho da Secretaria de Justiça com o Codih – Conselho Municipal de Direitos Humanos. São 50 vagas de capacitação para líderes comunitárias mulheres, para que elas possam propagar a questão dos direitos humanos dos Municípios.

Além do que, o trabalho do patronato, que atende os egressos do sistema e seus familiares, como forma de apoio.

Pode passar.

E, por último, política para mulheres encarceradas. Nós fizemos o levantamento de 2,5 mil pessoas encarceradas no Estado do Paraná. Nós chegamos ao número de 300 pessoas encarceradas condenadas por tráfico de drogas, mas que estavam com três ou quatro gramas de *crack, e* isso não deve ser considerado tráfico. E aí muitas mulheres nessa situação. Muitas mulheres com filhos pequenos que estão longe da família, por determinados crimes que, se bem fôssemos verificar a legislação, que é o Código Penal, a sua Parte Especial, que está em vigor há 70 anos, muitas não deveriam estar. Em razão disso, fizemos propostas via Conselho Nacional de Secretários de Justiça, colegiado esse que presido atualmente, levando ao Ministério da Justiça, através da Secretaria de Assuntos Legislativos, levando a alguns líderes, a alguns parlamentares, levando ao Presidente do Supremo Tribunal um elenco de medidas necessárias, entre as quais, as propostas de alteração legislativa.

Neste País, é muito mais grave a pena de quem furta do que a pena daquele que lesiona corporalmente uma vítima; é muito mais grave a pena de quem comete um roubo do que a pena de quem comete lesão grave, em que a vítima fica mais de 30 dias impossibilitada de desenvolver qualquer atividade. Então, esse descompasso e essa desproporção precisam ser corrigidos, como também a questão da pequena quantidade das drogas. E mais, um lugar digno para que as mulheres encarceradas que estão em delegacias de polícia, no interior do Estado, superlotadas, tenham condições de ter um espaço digno.

Estivemos, agora, em Londrina, discutindo com vários juízes e promotores daquela região a implementação de um pacto que firmamos no nosso Estado, entre o Poder Judiciário, o Poder Executivo, o Poder Legislativo e as três instituições essenciais à Justiça – OAB, Ministério Público e Defensoria Pública –, que é a criação de uma metodologia diferente: a Apac.

A Apac é um modelo que existe em Minas Gerais, por meio do qual não existe policial militar armado dentro do presídio e cujo índice de reincidência final é de apenas 9%. É um modelo de gestão diferente em execução penal, mas que dá certo e que dá resultados, e muito mais digno do que aquilo que estamos vendo por aí.

Então, nessa linha, o que estamos fazendo com as mulheres encarceradas? Educação e profissionalização, investimento maciço, saúde, todas as mulheres que estão em delegacias de polícia do interior...

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Drª Tereza!

**A SRA. MARIA TEREZA UILLE GOMES** – Já encerro, já encerro.

... foram visitadas, nas delegacias, numa parceria com a Secretaria de Saúde, para verificar as questões de saúde. Isso é fundamental.

Então, a implantação das APACs, o levantamento da situação jurídica das mulheres... Enfim, encerro, dizendo que, para nós, é extremamente importante a vinda da CPMI da Violência contra a Mulher, do Congresso Nacional, por entendermos que a solução para um problema dessa magnitude – que é tão complexo, que transcende o Governo, que transcende as instituições – está, sim, na união e na colaboração de todos, independente da coloração partidária, mas por uma causa muito importante, que é a causa da defesa dos direitos humanos, é a causa da defesa à dignidade da mulher. E as ações conjuntas têm condições de implementação, com o apoio da CPMI.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Aguarde só um pouquinho, porque a Deputada Cida Borghetti gostaria de fazer uma pergunta.

Pediríamos certa rapidez, pois temos de escutar, ainda, duas instituições do Estado e as representantes da sociedade civil, em número de quatro. E temos de encerrar às 18 horas.

Pediríamos, então, uma resposta, com rapidez, já que a senhora...

Está bom. Bem rapidinho.

A Deputada Cida Borghetti...

Não, Deputada pode fazer as suas loas, com toda certeza.

**A SRA. CIDA BORGHETTI** (PP – PR) – Inicialmente, quero cumprimentar esta CPMI, na pessoa da nossa Presidente, a Deputada, minha colega, Jô Moraes, que julgo ser uma das mulheres mais sofridas e mais sábias da Câmara Federal; cumprimento a Senadora Ana Rita, minha colega – estivemos há meses, em Genebra, representando o Brasil, na conferência mundial sobre política para as mulheres – e que tenho certeza de que fará um relatório importante para a sociedade brasileira e importante para a defesa de todas as mulheres brasileiras; cumprimento o meu colega Deputado Dr. Rosinha, que, assim como eu e como a Deputada Rosane Ferreira, estivemos nesta Casa – eu, oito anos; a Rosane, quatro; e o Rosinha também. Fomos Deputados Estaduais e, aqui, pudemos ajudar o Estado do Paraná a promover o bem comum –; e gostaria de saudar a Secretária de Estado, Drª Maria Tereza Uille Gomes, mulher pela qual tenho amizade, respeito e admiração. Tenho certeza, Drª Maria Tereza, de que a senhora nos deu, aqui, uma aula de como o Paraná trata as mulheres, através da Secretaria da Justiça.

A senhora nos colocou muito bem. Apenas gostaria de fazer uma pergunta, a título de contribuição, uma vez que a senhora já a tenha colocado, na sua explanação.

Assim como muitas mulheres que aqui estão – vejo voluntárias e ativistas, como a Elza Campos e a Deputada Elza Correia, que esteve conosco e que brigou muito para isso –, participei para que a casas abrigos de Curitiba, de Londrina, de Maringá, de Foz do Iguaçu, de Cascavel fossem uma realidade. Pude inaugurar estas casas, Curitiba, Maringá, Londrina; não pude ir a Foz e nem a Cascavel, mas pude participar e sei da importância dessas casas para atender às mulheres e às famílias vítimas de agressão.

Nesse sentido, gostaria de, aqui, fazer uma pergunta.

Hoje, o Paraná conta com 399 Municípios, e temos apenas cinco casas abrigos. O Paraná assinou um pacto que prevê a construção de mais 19 casas. A senhora fala da construção em Curitiba, no bairro de Santa Felicidade, que é oportuna e própria. Mas gostaria de lembrar que, para Ponta Grossa, em 2008 – se não me falha a memória –, já houve a destinação de uma verba para a construção de uma casa abrigo, porém, essa casa abrigo de Ponta Grossa não está no cadastro das casas abrigos do Paraná. Queria saber se foi inaugurada, se funciona, quantas mulheres foram atendidas e como está o planejamento dessas 19 novas casas de proteção e atenção às mulheres e também às suas famílias.

Concordo com o que a Drª Denise Krüger muito bem colocou, aqui, no início. Aliás, discutimos sobre o tratamento para o agressor. O agressor precisa de ser cuidado. Não adianta nós cuidarmos das mulheres, e tão somente; é preciso cuidar também do agressor, por meio do que a senhora falou, da saúde mental, que acredito que seja um programa eficiente.

Também quero lembrar, Drª Maria Tereza, que a Secretaria de Políticas para as Mulheres tem uma nova normativa de abrigamento para essas mulheres vítimas. Seria oportuno que esta Comissão, ou a senhora mesma, fizesse uma visita a essa Secretaria, ou à sua assessoria, para saber qual é essa nova tratativa do modelo novo de abrigamento para as mulheres vítimas, o que não sei e que acho que nem a Deputada Rosane sabe ainda.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Só aguardar. Para ser mais rápido, a Deputada Rosane fará a pergunta, e aí a senhora responde.

**A SRA. ROSANE FERREIRA** (PV – PR) – Muito rapidamente.

Drª Maria Tereza, será efetivamente criado o Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher na Defensoria Pública, recentemente implantado? Será criado o Núcleo de Defesa?

Também gostaria de ver o seu posicionamento com relação à necessidade de criarmos o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher por lei, e não por decreto, como hoje é feito. *(Palmas.)*

E eu falo isso, rapidamente, porque estava nesta Casa e enfrentei inúmeras dificuldades para que, na legislatura passada, o Conselho efetivamente funcionasse. Então, é nesse sentido que eu quero sentir a sua sinceridade com relação a essa questão, para que seja uma política de Estado, e não uma política de Governo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Eu só queria lembrar, Drª Tereza, que a Defensora Pública é a próxima a ocupar esse lugar aí. Então, relativa à questão da Defensoria Pública, ela poderá falar. O Deputado Dr. Rosinha também vai levantar algumas questões.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – São duas coisas bastante rápidas: uma delas é que foi dito, da Defensoria Pública, que vai ser realizado concurso. Quando serão chamados? Isso é importante, porque, senão, o candidato passa, o prazo de dois anos para chamar expira, e aí depois não adianta; a outra questão, Drª Maria Tereza, diz respeito à sua secretaria, a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Quando que a Secretaria da Justiça, junto com o Ministério e com a Secretaria de Saúde, vai criar um centro de referência para o aborto legal, o que no Estado do Paraná não há? Isso é importante. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra a Drª Tereza.

Eu solicitaria que seja sucinta, para que nós possamos dar continuidade.

**A SRA. MARIA TEREZA UILLE GOMES** – Pois não. Inicialmente, respondendo às indagações da Deputada Cida Borghetti, que também é uma entusiasta desta matéria – nós temos tido várias conversas a respeito, em relação à casa abrigo, o Projeto da Casa Abrigo é um projeto não só da Secretaria de Justiça, mas também uma parceria com a Secretaria de Família e Desenvolvimento Social, que demanda uma parceria com os Municípios. Vários Municípios já nos procuraram, sim, inclusive com a formação de consórcio municipais.

A Presidente do Conselho Estadual das Mulheres, que é a Teresinha, na última reunião do Conselho Estadual, inclusive, ela disse que tem um mapeamento que quer trazer esse mapeamento das cidades que deveriam ser priorizadas, em razão de um diagnóstico que foi feito.

A nossa preocupação com a Secretaria de Justiça é com a metodologia a ser adotada na construção, usando construção de casas populares de 61 m2 que podem ser feitas via companhia habitacional com custo muito mais simples e execução muito mais rápida. A grande dificuldade na construção das casas abrigo, às vezes, está na questão da arquitetura e da engenharia. Então, estamos com um projeto simples – até o trouxemos aqui, mas, em razão do tempo, não é possível mostrar –, casas com alojamento coletivo e espaço para a escolarização e atendimento à saúde e cooperativa social. Já temos o custo e a programação para a sua efetivação. Até o próximo mês, já estamos com convênio fechado com a Companhia Habitacional do Paraná para essa execução. Aí sim atenderemos à demanda de casas abrigo.

No que diz respeito ao Conselho ser criado por lei, eu acho que a Deputada tem toda a razão. Não só esse, mas todos os conselhos estaduais deveriam ser criados por lei. Na última reunião que tivemos do Conselho Estadual das Mulheres, nós discutimos isso. Inclusive, discutimos a composição para que o número fosse um número adequado para que as reuniões efetivamente se realizassem. Houve uma aprovação unânime em relação ao número de componentes, de integrantes, de ser governamental e não governamental, de ser através de projeto de lei. Já foi constituída comissão e já estamos praticamente com o anteprojeto pronto para referendar no Conselho Estadual e encaminhar, via Governador, para a Assembleia Legislativa. Não apenas do conselho Estadual da Mulher, mas todos os conselhos estaduais que são vinculados à Secretaria de Justiça e que foram criados por decreto e não por lei. Já estamos terminando de fazer a revisão de toda essa legislação.

No que diz respeito à questão da Defensoria, ao Núcleo de Atendimento e à finalização do concurso, início e término, eu deixo por conta da Drª Josiane, que é a Defensora Pública Geral, que tem independência e autonomia para tanto.

No que diz respeito ao centro de referência para o aborto legal, também há uma tratativa junto à Secretaria de Justiça, mas junto à Secretaria de Saúde para que essas linhas possam ser implementadas.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Secretária.

Nós passamos agora a palavra, sem antes deixar de anunciar Sandra Dolores, Presidente da Fênix – Ações pela Vida, e Sueli Galhardi, Secretária Municipal da Mulher da Prefeitura de Londrina.

Passamos a palavra agora à Defensora Pública Drª Josiane Fruet Lupion.

**A SRA. JOSIANE FRUET BETTINI LUPION** – Boa tarde a todos. Boa tarde. Cumprimento as autoridades da Mesa. Quero deixar, desde logo, registrado que eu não recebi esse requerimento de informações que o Secretário Antonio me passou agora, solicitando informações referentes ao número de mulheres atendidas em causa relativa à violência doméstica familiar, violência sexual, assédio moral e outras formas de crime de gênero, datada do dia 14 de março.

Eu só recebi realmente a convocação, no dia 12 de junho, para estar aqui hoje. Então, ele me passou uma cópia, vai dizer quem recebeu, porque qualquer documento que chega na Defensoria Pública, recebido na portaria, é entregue na minha sala. Então, eu abro todas as correspondências. E essa aqui, efetivamente, não chegou para mim.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós vamos verificar o que houve e para onde foi encaminhado, porque essa é uma questão que fazemos.

E a senhora viu com que prazo enviamos...

**A SRA. JOSIANE FRUET BETTINI LUPION** – Vi sim.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – ...exatamente para que desse tempo de as instituições poderem se preparar. Nós vamos verificar, mas tomamos a palavra da senhora como a verdade aqui estabelecida.

**A SRA. JOSIANE FRUET BETTINI LUPION** – Muito obrigada.

A Defensoria Pública foi regulamentada no ano passado, no dia 11 de maio, pelo Governador Beto Richa. Estou na Defensoria Pública há mais de 28 anos, antiga Procuradoria de Assistência Judiciária; e depois Assistência Judiciária da Secretaria de Justiça; depois Defensoria Pública. E agora, a estruturação dela, no ano passado.

Nós estamos já com as inscrições do concurso abertas. A prova será no dia 5 de agosto. E nós já temos, Deputado, a data da nomeação desses defensores – inclusive espaço reservado. Amanhã, vamos verificá-lo –, no dia 22 de maio do ano que vem. Eles estarão sendo nomeados e nós já estamos reservando espaço para receber os 197 defensores públicos que realmente vão atuar na violência doméstica contra a mulher.

Hoje a Defensoria Pública conta com dez defensores públicos que tiveram sua opção homologada pelo Governador. Nós temos uma defensora que atua na área de família; duas defensoras que atendem a área civil; um subdefensor; o corregedor atende o júri; e os outros atendem a área criminal. Temos 150 assessores de estabelecimento penal, atuando nas penitenciárias estaduais, não em todos os distritos policiais do Estado, mas na capital, a maioria deles. Na região metropolitana, estamos fazendo um mutirão com alguns assessores, indo às delegacias, tentando fazer o trabalho junto aos encarcerados daquela região metropolitana.

Com relação à violência contra a mulher, posso dizer assim: eu tenho, há muito tempo, desde que sonho com essa Defensoria regulamentada e estruturada e com uma Defensoria não apenas para ajuizar ação, mas efetivamente para levar cidadania a essas pessoas que não têm condição alguma de constituir advogado e sequer têm condição nem de saber quais são seus direitos; tenho cartilhas prontas para serem impressas. Então, logo teremos o número suficiente de defensores para atuar nos núcleos de atendimento à mulher, vítima de violência, já previsto na nossa lei complementar.

Temos uma cartilha sendo elaborada para ser distribuída no Dia da Não Violência contra a Mulher, que é no dia 26 de novembro. Já estamos elaborando um grande movimento com relação a isso. Nós participamos, fizemos um trabalho junto às ruas da cidadania de Curitiba e levantamos alguns dados que realmente não tínhamos.

Por exemplo, nós terminamos o trabalho nas dez regionais na semana passada. Levantamos uma situação que não tinha chegado na Defensoria, ao longo desses 28 anos em que trabalho lá: são os filhos dessas mães, dessas mulheres vitimizadas nos procurando nas regionais, pedindo pelo amor de Deus para sair daquela mãe, daquele pai, porque o pai bate na mãe; a mãe bate no pai; é uma briga entre eles. Existe situação em que o pai chega em casa e pergunta para a mãe: “Você trouxe a droga que eu pedi para você buscar naquela região tal, na rua tal?”, e, como ela não foi buscar, ele espanca a mulher. O filho corre para o vizinho. Então, recebemos isso de duas regionais aqui, que foi a Cajuru e a CIC. São regionais pesadas. Nós já tivemos um grande número de atendimento na área criminal nessas duas regionais.

Estamos atendendo esses filhos que estão nos procurando com esta situação nova, porque não tínhamos recebido este tipo de informação ao longo desses anos todos: as crianças reclamando dos seus pais, pedindo para ir morar com o vizinho, pedindo para ir morar com os avós, pedindo para ir morar com estranhos, porque não querem ficar mais naquela situação com o pai e a mãe. E pensei, eu aqui comigo: se essas crianças não saírem desses pais, elas vão se tornar violentas, elas vão ser os futuros agressores.

Primeiro, pensei num trabalho de enfrentamento da violência contra a mulher, porque o filho homem vê o pai bater na mãe e pensa: “Ah, deve ser normal isso aí”. Eu vou bater na minha mulher. A filha vê a mãe ficar quieta, por motivos que ela não sabe quais são, e diz, na sua fase adulta, quando está como o seu companheiro, com o seu marido: “Bom, se a minha mãe apanhava e ficava quieta, então é para eu apanhar e ficar quieta também".

Então, nós estamos imaginando fazer um trabalho de atendimento iniciando nas escolas públicas, mostrando a essas crianças qual é a realidade que as espera daqui a uns anos se elas começarem a praticar porque o pai pratica. Acho que o agressor deve ser tratado, mas, em primeiro lugar, a mulher vítima de violência tem que se prevenir dessa agressão. Temos que fazer este tipo de política: ela tem que saber como ela vai fazer para não ser agredida, porque isso não é normal. Para o agressor tem a cadeia, minha gente, ele tem que ir preso; ele agride, ele tem que ir preso. A mulher fica sequelada aqui fora. Ela fica sequelada fisicamente, mentalmente, psicologicamente e ela transmite isso para os filhos. E é isso que temos que combater.

A ideia da Defensoria, além do atendimento à mulher vítima de violência, é atender esses filhos dessas mulheres vítimas de violência. Nós não temos previsão de núcleo de atendimento à criança vitimada neste sentido. Nós temos da criança, do adolescente infrator, mas não esse tipo de núcleo. Tão logo haja a nomeação dos 197 defensores, nós estamos já criando esse núcleo, sem deixar de esclarecer que a Defensoria já faz um atendimento, apesar de muito precário, um atendimento tímido, ela faz esse atendimento à mulher vítima de violência ao longo desses anos. Elas não chegaram a nós através do Juizado da Violência Doméstica, elas chegaram esparsamente. Elas vêm até a Defensoria e, quando contam por que estão se divorciando dos seus maridos, contam quantos estupros elas sofreram daquele companheiro ou daquele marido, quantas agressões elas sofreram e quanta vontade tiveram de matar, esquartejar esses maridos. Aí eu pergunto assim: por que as senhoras não vieram antes aqui? Por que, no primeiro tapa, não procuraram a Defensoria Pública? “Ah, nós não sabíamos que tinha”. Então, a Defensoria Pública só vai realmente mostrar a essa população do Paraná por que ela existe no ano que vem, Senadora, quando tivermos os 197 defensores, porque hoje nós não temos condição, com 10 defensores, de fazer esse trabalho.

Estou juntando toda essa documentação, toda essa informação. Preciso de defensores, Senadora, que tenham perfil para esse tipo de atendimento. Porque eu tenho defensores que atendem área cível, minha gente, e não atendem a área criminal, não atendem a área de família, eles não têm paciência para ouvir a mulher reclamar. Então precisamos de defensores que sejam voltados a essa área. E só com um número suficiente de defensores é que vamos poder criar um núcleo de atendimento, porque teremos condição de separar qual é o defensor que é voltado ao atendimento da mulher vitimada, qual é o defensor que se enquadra neste perfil. Não é qualquer um. Eu, por exemplo, gosto desse atendimento, eu ouço, dou a maior atenção.

Senadora, é um desafio. Mas é um desafio pelo qual já esperei tanto tempo. É muito bom, é muito bom. A Defensoria não veio, como eu disse, só para a propositura de ação. Ela veio para muito mais, para além disso. Nós nos sentamos, atendemos o cliente e dizemos: olha, daqui a um mês é a sua audiência, então nos procure aqui. Nós não fazemos só isso. A partir do momento em que a mulher, a criança ou o homem chega com algum problema jurídico, nós vamos muito mais, além disso. É esse o trabalho que a Defensoria faz.

Espero, no ano que vem, vocês estarem aqui, nessa época já, e eu já mostrando o trabalho brilhante que a Defensoria vai fazer.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos, defensora. Como a senhora está iniciando o trabalho, todos os outros questionamentos, os que foram enviados com antecedência, nós vamos reenviar para a senhora e aguardaremos o bom trabalho que a senhora tem vontade de realizar ali. (*Palmas.*)

Passamos a palavra, neste momento, para a representante da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social do Paraná, Srª Mara Cristina, que terá até 15 minutos.

**A SRA. MARA CRISTINA** **FERREIRA** – Boa tarde a todos. Trago aqui um abraço da nossa Secretária Fernanda Richa. Venho representando esta Secretaria para falar um pouquinho do que a assistência social aqui no Estado do Paraná pode contribuir para o atendimento desta mulher vítima de violência.

Antes de iniciar o processo da apresentação, gostaríamos de fazer uma apresentação da nossa Secretaria, por quê? A nossa Secretaria está fazendo nesta semana um ano de existência. A Assistência Social no Estado do Paraná não tinha um comando único e este Governo, ao implantar a Secretaria, retorna ao trabalho de organização e de consolidação do Suas – Sistema Único de Assistência Social no Estado do Paraná. Sabemos do relevante trabalho das equipes técnicas deste Estado, até então, neste trabalho de consolidação, mas sabemos também que a gestão numa secretaria própria da Assistência Social vai trazer e vai reverter em um quadro de maior sucesso desses nossos trabalhos no âmbito do Estado.

A Secretaria da Família e Desenvolvimento Social é composta por quatro coordenações: a Coordenação de Gestão do Suas, a Coordenação da Renda e Cidadania, a Coordenação da Proteção Social Básica e a Coordenação da Proteção Social e Especial, da qual sou coordenadora neste momento.

Os nossos trabalhos envolvem atualmente a consolidação do Suas, no Estado do Paraná, no assessoramento aos Municípios na gestão dos programas dos serviços e dos benefícios socioassistenciais no Estado. Além dessa política de assistência social, a Secretaria da Família e Desenvolvimento Social também é responsável pela política de defesa da criança e do adolescente.

Os nossos trabalhos dentro da Coordenação da Proteção Social e Especial, que têm uma rede de serviços que vem ao encontro ao trabalho de atendimento às mulheres vítimas de violência, têm dois âmbitos de complexidade. A primeira é a complexidade média. A média complexidade é o serviço da assistência social que é extremamente necessário no momento da identificação de uma violação de direitos. É um equipamento a que chamamos de Centro de Referência Especializado da Assistência Social, que trabalha no sentido de garantir acesso a outras políticas e garantir direitos a pessoas e famílias com direitos violados.

Vamos ver a rede que temos no Estado do Paraná desses equipamentos. E nós, da Coordenação da Proteção Social e Especial, temos como uma das diretrizes o fortalecimento desta rede no Estado do Paraná. Nós sabemos que esses Centros de Referência de Assistência Social especializados podem ser a porta de entrada para as denúncias de violação contra as mulheres e podem trazer, além desse acolhimento, também os serviços necessários de prevenção a essas violações nas comunidades e Municípios onde estão sendo desenvolvidos. Além da média complexidade, nós temos a alta complexidade, que são serviços relacionados ao abrigamento, abrigamento também de mulheres em situação de violação.

Agora vamos apresentar um pouco para vocês como está referenciada a nossa rede no Estado do Paraná. Esse mapa vem mostrar – ficou um pouco pequeno –, que são os pontos em vermelho, as unidades de Centro de Referência de Assistência Social no Estado. São em número de 122, abrangendo 110 Municípios.

Pode passar, por favor.

E aqui o rol de atendimento que este centro realiza. Identifica as violações, encaminha para os abrigos apropriados, presta atendimento social, psicológico e jurídico, porque a equipe desses centros de referência é composta por assistentes sociais, psicólogos e o advogado, para fazer o encaminhamento das questões de violação de direitos.

Também essa equipe tem a atribuição de desenvolver programas de orientação em acompanhamento familiar. Então, no sentido da prevenção dessas violações onde estão colocados esses equipamentos.

Desenvolver programas voltados para o atendimento aos agressores. Eu vi que essa foi uma das temáticas mais explicitadas hoje nessa nossa plenária. E esse equipamento tem essa função também de realizar o atendimento aos agressores.

Desenvolver programas voltados para a prevenção, como já falamos, e notificar os casos de violência também contra as mulheres.

Nós temos grandes desafios nesta rede aqui no Estado do Paraná. Depois falaremos também um pouco das nossas ações para enfrentar esses desafios com relação a essa rede de Creas.

São equipamentos geridos pelos Municípios e são equipes com alta rotatividade no atendimento.

Então, esse é um dos desafios para implementar essa rede, uma rede que seja segura e eficiente no trabalho das violações de direito.

Aqui trazemos um pouco do panorama desses equipamentos no Estado do Paraná, lembrando que todo Município que não possui Creas, hoje, deve possuir uma equipe de referência em atendimento de proteção social especial. Além disso, essas violações, muitas vezes, chegam a partir dos nossos Cras, que são os Centros de Referência de Assistência Social no Município, que hoje são em número de 541.

O que as equipes dos Cras nesse momento podem realizar, em termos de atendimento? Vão acolher essa família, fazer a notificação também dessa violação e encaminhar para a rede de serviços que podem dar o suporte que o Creas, nesse momento em que não existe, poderia estar dando.

São 541 Cras; temos uma abrangência hoje de 395 Municípios; 122 Creas em 110 Municípios e 5 abrigos em 4 Municípios.

Colocamos lá embaixo também os Centros de Referência da Mulher por quê? Nós temos uma característica no Estado em que alguns desses Centros funcionam junto com algum Creas ou com algum serviço especializado da assistência social. Então, nós colocamos ali também.

Pode passar, por favor.

Essas são metas evidenciadas já em um plano de governo e elas não dizem respeito somente à nossa Secretaria, mas a uma ação intersetorial do Governo Beto Richa. A primeira delas é estruturar e potencializar as redes de proteção intersetoriais voltadas às mulheres em situação de violência doméstica, nos âmbitos regional, estadual e municipal.

Somente nos próximos dois meses, nós teremos duas capacitações que estão sendo realizadas: uma pela saúde; outra, pela educação, no sentido de organizar essa rede de proteção local e regional com profissionais de Municípios, com profissionais dos nossos escritórios regionais, que também são as nossas equipes de base próximas aos Municípios para esse assessoramento.

A segunda meta é estabelecer parceria com os Municípios para a estruturação das unidades de acolhimento. Essa necessidade é uma das necessidades que também ficaram muito evidentes aqui na plenária e, para nós, também é muito claro. Estamos, em conjunto com a Assejur, organizando como iremos implementar esses abrigos com todas as prerrogativas próprias do atendimento em abrigos para mulheres, mas também prevendo quais são as principais áreas do Estado que necessitam disso. Depois vamos falar um pouco sobre o que está em andamento... (*falha na gravação.*) ...tem o principal objetivo de reorganização de acolhimento dessa rede no Estado que hoje, como todos bem sabem, está extremamente centralizado em Curitiba e região metropolitana. Então, uma das metas deste trabalho de acolhimento desta Comissão é a gente reordenar os serviços de acolhimento no Estado descentralizando essas unidades.

Desenvolver ações interministeriais. Como nós já falamos, uma mulher em situação de violência não precisa somente de abrigo, ela precisa primeiro de abrigo, mas ela também precisa de políticas públicas que tragam a segurança para ela sair dessa situação de violência doméstica e possa enfrentar o seu cotidiano criando os seus filhos e construindo um projeto de vida para ela.

Pode passar.

Ações em andamento.

Nós temos o Programa Família Paranaense, falamos um pouquinho dele hoje pela manhã, o objetivo desta ação é uma ação intersetorial de acesso a políticas públicas. Já temos, neste ano, cinco mil famílias sendo atendidas neste processo com 30 Municípios em convênio com o Estado e mais o dobro, pelo menos, desses Municípios aderindo à metodologia do Família Paranaense, que é uma metodologia de trabalho intersetorial.

Capacitação da Cras e Creas a partir da segunda semana de agosto, nós estamos prevendo atingir 1.500 atores. Essa capacitação prevê não só das equipes de Creas, mas também da rede de proteção para essas violações, as visitas técnicas das nossas equipes da PSE nos escritórios regionais para fazer o fortalecimento dessas ações, dar proteção social especial no Estado no âmbito regional.

Nós temos também a capacitação para Rede de Atenção à Mulher Vítima de Violência, que é um projeto em parceria com a Secretaria de Políticas para Mulheres e que nós temos a perspectiva de estar iniciando este trabalho a partir de novembro deste ano.

A capacitação será de 400 atores envolvidos nesta rede de atendimento.

Já estou finalizando, mais duas lâminas.

A próxima lâmina nos traz duas estratégias, como Secretaria, que para nós é de fundamental relevância para iniciarmos um trabalho e continuarmos um trabalho de fortalecimento dessa rede no Estado.

Primeiro a implantação do fundo a fundo, que é um mecanismo de repasse de recursos aos Municípios e o Estado ainda não tem e não permite, pela legislação, esse mecanismo, com a previsão de pisos, inclusive pisos diferenciados de alta complexidade. E o segundo desta tela para nós também é de extrema relevância para o planejamento das nossas ações, que é a criação de um índice de violação de direitos.

Nós estamos fazendo um mapeamento no Estado das principais violências das principais violações e estamos estabelecendo um índice estadual por Municípios, de acordo com indicadores relacionados a homicídios, relacionados a trabalho infantil, relacionados a todo e qualquer tipo de violação de direitos. Esse índice vai nos trazer a segurança para planejarmos as novas ações que precisamos empreender como Secretaria.

Quero agradecer a atenção de vocês e nos colocamos à disposição para as dúvidas.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) –Nós que agradecemos.

A Senadora Ana Rita e o Dr. Rosinha farão questões, mas as respostas deverão ser bem sucintas, porque todo esse material deveria ter sido por escrito e terem sido colocadas apenas algumas questões, para que o tempo permitisse escutar as demais.

Com a palavra a Senadora; depois, o Deputado Rosinha.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Mara Cristina, primeiro quero agradecer a sua presença, o seu esforço de fazer toda uma apresentação da política de assistência social que particularmente nós conhecemos, mas é importante saber que o Estado do Paraná está se organizando, está organizado, criando os Cras, os Creas e tudo o mais.

Eu teria algumas perguntas específicas, mas eu penso que as perguntas que eu gostaria de fazer teria que fazer diretamente para a secretária, e a secretária não está aqui. Então, o que eu vou fazer? Eu vou mandar por escrito para que a secretária possa responder posteriormente. Seria importante que a secretária estivesse aqui, seja qual for a razão, o motivo, possivelmente ela tem um motivo importante, mas a CPMI vai fazer mais algumas perguntas, porque nós entendemos que é preciso que tenha neste Estado um organismo específico para as mulheres.

Não dá para tratar a questão da mulher apenas no ponto de vista da assistência social. É claro que a assistência social cumpre um papel fundamental, que também uma porta de entrada, é um espaço em que a mulher chega e muitas vezes também em situação de violência e precisa ser encaminhada. Entendemos que os profissionais da área de assistência social também precisam ser capacitados para poder melhor orientar essas mulheres, mas também entendemos que é preciso ter organismo especifico para atender as mulheres em situação de violência.

Entendemos também... Uma questão que gostaria de saber, e que depois a secretária pode responder – perdi a oportunidade de perguntar isso para a secretária de justiça, mas eu acho que cabe também à secretária de assistência social –, é que tratada essa questão da violência contra a mulher, você tem a saúde, tem a justiça, tem assistência social, tem a segurança pública, se existe na estrutura do Governo algum organismo específico que articula essas secretarias para debater a questão da violência contra à mulher, porque, senão, fica cada secretária tentando fazer a sua parte – eu estou falando assim sem conhecer, com certeza –, fazendo a sua parte, tentando fazer da melhor maneira a sua parte, mas é preciso que haja uma integração e que haja diálogos entre as secretárias. Então, se na estrutura do Governo, existe algum núcleo, algum comitê, algo onde os secretários possam periodicamente sentar, discutir, essa realidade da violência contra a mulher e buscar resolver conjuntamente determinadas questões. Porque as questões elas não são isoladas, elas se entrelaçam, elas se articulam, elas dependem uma da outra.

Então, agradecemos muito, Mara, a sua contribuição, o seu esforço, pareceu-me uma pessoa muito competente na política de assistência social, mas, no que se refere à violência contra a mulher, nós vamos encaminhar diretamente para a secretária, para que ela possa nos responder. Agradecemos muitíssimo a sua presença, mas vamos encaminhar para ela, está bem? Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Deputado Dr. Rosinha.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Quero só fazer um comentário, ia fazer algumas perguntas, mas eu também vou tomar o mesmo rumo já definido aqui, porque, na nossa análise, perguntado ao nosso Secretário de Segurança sobre o convênio do Pacto. Em 2007 até 2011, foram repassados para cá mais de R$2 milhões. E o que nós sabemos, nós da CPMI podemos estar desinformados, o Paraná é o único Estado que não possui gestora do Pacto, que nós sabemos. Então, ela é a Secretária que tem que responder, já que ela é de família, porque que o Paraná não tem gestora do Pacto.

A outra questão: quando apresenta uma série de *slides* mostrando toda uma política, nós sabemos, Mara, que as ações são transversais, envolvem as várias secretarias, por isso tem que ter um gestor ou uma gestora do Pacto e também por isso tem que ter alguém que coordena todas as ações. Seria interessante, em suas respostas, nos informar – até eu vou usar uma frase do governador em exercício, que diz que “quando se fala em política a gente vê o tamanho da política vendo o orçamento” –, que nos mande qual é o orçamento para a Política de Atendimento à Mulher, fazendo uso da palavra do Governador Flávio Arns hoje pela manhã.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) –Nós agradecemos, Mara, mas lamentamos muito que logo a Secretária da Família sequer tenha justificado para a Comissão a ausência. Nós gostaríamos que ela estivesse presente, mas vamos encaminhar todas as questões aqui à Secretária responsável pela pasta.

Passamos a palavra neste momento...

**A SRA.** **MARA CRISTINA FERREIRA** – Por favor. Eu só gostaria de justificar a ausência da nossa Secretária: ela está em outro evento e não pôde estar aqui conosco hoje. Eu gostaria de entregar o relatório, que foi solicitado agora.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada. A atitude do Secretário de Segurança se ressalta, porque ele ia para outro evento, esteve aqui, respeitando a importância que ele dá, no quotidiano, à temática.

Chamamos agora a representação da Secretaria de Saúde. O Secretário, que esteve conosco de manhã, acompanhou, opinou, fez algumas considerações, acrescentando ao desenvolvimento do trabalho e nos mandou a sua representação, a Drª Márcia Huçulak, que terá até 15 minutos para que a sociedade civil possa ser escutada.

**A SRA. MÁRCIA HUÇULAK** – Boa tarde a todas e a todos, cumprimento a Mesa, cumprimentando a nossa Deputada Federal Cida Borghetti, Deputado Rosinha, Senadora Ana Rita e a Deputada Jô Moraes.

O Secretário Michele Caputo esteve, pela manhã, com os membros da CPI. Infelizmente ele tinha uma agenda que não pôde cancelar e me pediu que viesse representar a Secretaria de Saúde tratar das questões relativas às ações que a Secretária de Estado da Saúde vem realizando na questão do enfrentamento da violência à mulher.

A primeira questão que eu queria colocar é que nós tratamos muito, dentro da Secretaria, desde 2009, de um trabalho na área de vigilância que dá incentivo à notificação, porque nós estamos tratando aqui nesta Casa hoje de dados, e o relatório que a Comissão dos nobres Parlamentares e Senadores apresenta para nós é em cima de dados. Eu queria chamar atenção dos nobres Deputados e da Senadora Ana Rita – não estou com isso querendo desclassificar nenhum dado – para o fato de que o Estado do Paraná, e eu posso dizer a Secretaria de Saúde, tem trabalhado muito na qualidade do dado – e nós sabemos que há Estados e há Municípios que não codificam a morte e por isso têm, talvez, indicadores menores. Nós codificamos 100%. Nós temos registros, e acho que vocês podem trabalhar isso com a área de vigilância do Ministério, de Estados e Municípios que, quando a gente compara, em que não há codificação desse óbito. Ele foi um homicídio, mas ele não codificado como tal. E aí apresenta números menores.

Não estou dizendo que não é grave a situação do Paraná. Eu estou dizendo que nós temos um trabalho sério da área da Secretaria de Saúde de buscar todo óbito. É feita a identificação e a codificação desse óbito. Isso é importante ressaltar, inclusive chamar a atenção no relatório do Instituto Sangari, que ele mesmo coloca que 30% das BOs não constam na codificação no local do incidente. Ele fez o levantamento pelo local da ocorrência do óbito e nem sempre a ocorrência significa que aquele Município, no caso do Paraná, tem... Porque ele tem o serviço de referência que acaba atendendo a vítima.

Então eu só queria fazer essas observações. É meu dever de ofício, da área de saúde, colocar essa questão que é extremamente importante quando se analisa o dado, da importância de a gente trabalhar. A gente tem certeza de que, no Paraná, a nossa equipe de vigilância está aí, trabalhando na codificação. As nossas BOs são codificadas, 100% delas, mas nós sabemos que nem todo mundo trabalha com a codificação. Há uma subnotificação. O próprio relatório Sangari coloca que em torno de 30% não são codificados, mesmo aqueles que não trabalham com óbito no local onde ocorreu o óbito, não onde a vítima é residente, porque a ocorrência pode ser em um hospital de referência naquele Município.

**A SRA. MARTA SUPLICY** (PT – SP) – Tem que ser da origem da vítima.

**A SRA. MÁRCIA HUÇULAK** – Da origem da vítima.

**A SRA. MARTA SUPLICY** (PT – SP) – Não do local da ocorrência.

**A SRA. MÁRCIA HUÇULAK** – Então, eu queria fazer esses dois... Claro, não estou dizendo que esse relatório não merece toda atenção e a importância que ele tem, mas me sinto no dever, como técnica da área de saúde – porque essa é uma questão bastante técnica – de dizer que a gente tem que olhar isso com muito cuidado. Às vezes a notificação de quem tem uma alta notificação é vista como quem tem o alto, e nem sempre é verdade. Quem não notifica, fica com o indicador baixo.

O Paraná tem um compromisso com a transparência, Senadora, e nós temos buscado isso na saúde. Todos os nossos dados estão disponíveis e são discutidos. Nós temos as câmaras técnicas, todos os nossos óbitos são... Nós trabalhamos muito a investigação. Dito isso, além dessas ações, obviamente a saúde tem buscado estruturar a atenção a essa vítima de violência, que é o que acaba vindo para o serviço de saúde, a questão do atendimento da mulher vítima de violência.

Nós trabalhamos, além de todas as questões da investigação dos óbitos, do monitoramento e da capacitação das equipes para essa codificação para o registro, nós implantamos, desde 2009, na Secretaria de Estado de Saúde, dentro do Sistema de Informações de Agravo de Notificação (Sinan), a violência doméstica ou violência sexual, enfim, qualquer tipo de violência, é como um agravo de notificação no Paraná. Então isso tem aumentado muito, a gente percebe, a gente trabalhou muito as capacitações com as nossas equipes para notificar, justamente para isso, para se eu tenho já a notificação de uma agressão, eu posso trabalhar na ação intersetorial.

Por isso, no ano passado, nós montamos, no Governo, um comitê intersecretarial, que acabou não tendo divulgação. Ele tem um trabalho muito interno que envolve área de educação, saúde, família e área de saúde, onde procuramos trabalhar alguns dados no sentido de trabalhar as políticas públicas, onde devemos atuar tanto na prevenção dessas ações, com ações de promoção e prevenção e com ações de atenção à saúde. Nesse sentido, também, o Secretário Michele relatou pela manhã, nós fizemos, no Paraná, entre 2011 – desde que assumimos o Governo – e 2012, até o momento, fizemos capacitações em 10 regiões de saúde, que envolvem cerca de 294 participantes, 147 Municípios para trabalhar ações na linha tanto da promoção/prevenção, mas também na organização da atenção para a mulher vítima da violência.

Nesse sentido, nós trabalhamos muito junto com o Conselho Estadual de Saúde, com a Comissão de Saúde da Mulher e com a Comissão que trabalha as questões da violência e a mulher no Paraná na implantação de uma linha guia de atenção à mulher vítima de violência. Nós fizemos um trabalho que, na verdade, foi uma contribuição muito mais da sociedade. Nós fomos apenas os articuladores, a Secretaria de Saúde, já que essa é uma ação de abrangência intersetorial, mas trabalhando as ações que a saúde deve organizar em todos os Municípios do Paraná.

Eu já queria fazer um reparo aqui, talvez a Drª Maria Tereza não tenha conhecimento, mas já temos hoje dois centros que fazem aborto legal no Paraná, que o Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná e o Hospital Evangélico. Hoje, nós já atendemos 70 mandatos de aborto legal, que foram já executados por esse serviço. Precisamos estruturar, sim, no interior do Paraná. Temos deficiência. Isso não está organizado ainda em todas as regiões. É o que pretendemos agora.

Vou passar à mão da Comissão. Essa linha guia é uma versão preliminar. Ela ficou em consulta pública por 60 dias, para a gente ouvir a sociedade. Todas as pessoas puderam participar e contribuir para a organização desse trabalho. Nós temos pautado em uma discussão com o nosso colegiado de gestores municipais e estadual, que é a Comissão Intergestores Bipartite do Paraná, uma discussão para a implementação dessas ações. Nós precisamos ter um documento, e estamos levando à discussão para os gestores municipais junto com a Secretaria de Estado da Saúde.

Da mesma forma, nós trabalhamos, este ano, repassando, com recursos da fonte do Tesouro do Estado, R$570 mil – ele não é muito significativo. Nós repassamos R$30 mil para 19 Municípios com população acima de 50 mil habitantes e com indicadores, desses nossos dados controlados pela área de vigilância, que mostravam maior incidência de violência, para implantar núcleos de prevenção e monitoramento da violência. Então, além dos recursos federais, nós temos aí 20 Municípios que receberam do recurso federal, mas nós ampliamos essa ação do Paraná para mais 19 Municípios – uma ação de implementação de núcleos de notificação e da qualidade também da informação e ações de prevenção para trabalhar ações com a sociedade, articulando a sociedade civil, enfim, as entidades de mulheres, movimentos que possam trabalhar no sentido também da prevenção da violência no Estado do Paraná.

Essa ação permanece o ano que vem no nosso orçamento com a ampliação desses recursos para implantação desses núcleos, da mesma forma que, já respondendo às questões colocadas aí pela Senadora, do ponto de vista orçamentário. Nós montamos uma rubrica na Secretaria de Saúde para as ações. Elas estão na rede a urgência/emergência, nós temos lá toda a organização para colher a vítima junto à nossa rede, então nós temos ações dentro da rede da atenção urgência/emergência, que atende, nós temos dentro da atenção à mulher ações também de trabalhar as questões do acompanhamento da mulher. Então ele está colocado dentro do orçamento em várias rubricas orçamentárias.

Mas nós também temos prevista a implantação dessa linha de atenção, a mulher de violência em todo o Paraná, não só na região metropolitana. O que senhoras viram hoje pela manhã e o Deputado, com relação que o Michele relatou, dessa estruturação junto com o IML, que nós já temos lá desde 2002 uma parceria, onde a Secretaria de Estado da Saúde disponibiliza um corpo médico que vai ao local no hospital, a vítima não se desloca, assim como a Delegacia da Mulher também vai então. Essa vítima procura o serviço de saúde e recebe então o atendimento tanto do IML quanto da delegacia no sentido de ela não precisar ficar percorrendo caminhos e sofrer mais violência do que ela já sofreu naquele momento. Essa ação também ela tem uma previsão de ampliação para as demais regiões do estado, como o Secretário de Segurança, Reinaldo, já relatou, e a Drª Maria Tereza também na exposição dela.

Eu acho que tentei ser sucinta devido ao tempo, vou deixar os documentos, mas nós estamos à disposição para qualquer dúvidas.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Eu vou passar, Drª Márcia, a palavra para o Deputado Dr. Rosinha, mas quero cumprimentá-la desde já, não só pela sua exposição sucinta como pela presença antecipada do relatório, porque os atos positivos também importam para nós, demonstrando o respeito à política pública sobre a questão da mulher.

O Deputado Dr. Rosinha gostaria de fazer alguns questionamentos.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Drª Márcia, facilita as perguntas quando o relatório chega antes. A Secretaria de Saúde foi, de todo o Governo, a única que cumpriu a Constituição remetendo dentro do prazo constitucional. Então nos permite fazer uma análise e aí as perguntas também são mais fáceis, porque que, quando nós analisamos o documento enviado, o ofício que foi encaminhado para a nossa Comissão menciona que alguns Municípios possuem um protocolo específico de atendimento à mulher em situação de violência e outros utilizam como referência a norma técnica do Ministério da Saúde sobre prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual.

A partir daí eu faço três perguntas seguidas:

Qual é a orientação da Secretaria de Saúde? Elaborar procedimentos específicos ou seguir a norma técnica?

A Secretaria de Saúde possui algum protocolo desses Municípios que possa repassar á CPMI ou eles ficam retidos nos Municípios?

Quantos Municípios seguem a norma técnica do Ministério da Saúde e quantos possuem protocolos específicos, e no que os protocolos específicos divergem da norma técnica? Porque aí facilita, porque vocês forneceram essas informações antes.

Bom, depois eu faço mais duas.

**A SRA. MÁRCIA HUÇULAK** – Todos seguem as normas técnica, nenhum um Município que tem protocolo específico – vou citar o caso de Curitiba, como tem Londrina e como tem em outros Municípios –, e não vou citar todos porque vou cometer o equívoco de esquecer algum, porque são trezentos e noventa e nove Municípios. Mas todos seguem a norma do Ministério. O que acontece, por exemplo, com alguns Municípios que tem especificidades e eles aprimoraram algumas questões de atendimento ou, por questões de fluxos que eles organizam, eles definem um protocolo, mas todos seguem o protocolo padrão do Ministério, nenhum deles está fora. O que eles fazem é acrescentar elementos do ponto de vista de fluxo do atendimento ou de informações complementares que muitas vezes uma ficha de notificação de agravos não contemple e o Município precisa trabalhar aquela ação, e ele põe informação a mais. Mas todos atendem à norma técnica.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Eles atendem e repassam para a Secretaria...

**A SRA. MÁRCIA HUÇULAK** – Sim, a notificação é repassada... O Estado acaba concentrando todos os dados, só que têm dados que às vezes o Município coleta... Eu vou citar o exemplo de Curitiba que não está, inclusive, na ficha de notificação, mas ele coleta esse dado para poder implementar ações...

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Todos foram repassados para nós num relatório independente de qual é.

A segunda questão: analisando o documento enviado, verifica-se que a faixa etária predominante de caso é dos 15 aos 39 anos em plena saúde reprodutiva, embora não seja desprezível o percentual de meninas que sofrem abuso sexual. Ai eu pergunto: Essas jovens e mulheres recebem todo o atendimento previsto na norma técnica do Ministério da Saúde, inclusive nos Municípios que tem protocolo específico?

E a segunda pergunta: quais e quantos são os serviços de atendimento ao abortamento legal no Estado? Há divulgação desses serviços? Como as mulheres tomam conhecimento da existência dos serviços? E nas zonas rurais, como o serviço é disponibilizado às mulheres ou a informação disponibilizada às mulheres, vamos dizer, além do serviço?

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Aproveitaríamos, Deputado Dr. Rosinha, a Deputada Rosane também quer fazer – poderia fazer o conjunto das perguntas – ou V. Exª ainda tem...

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Por mim, pode fazer. Eu querida depois fazer mais uma ainda, que está feito por bloco para facilitar o processo.

**A SRA. MÁRCIA HUÇULAK** – O protocolo todos seguem. Obviamente tem uma questão que a gente tem que fazer muita capacitação, porque o profissional muda e nós temos que trabalhar a capacitação profissional e às vezes, nem sempre, a gente tem problemas de aplicação do protocolo, mas a gente tem trabalhado a capacitação. Esta é uma ação que a gente vai intensificar, a da capacitação com relação à anticoncepção, antirretrovirais, enfim, todas as ações que tem que se fazer, principalmente na violência sexual, além da violência física.

Então, com relação ao protocolo, ele está sendo atendido e a gente tem acompanhado isso via nossos serviços, inclusive os nossos dados aí que a gente acompanha de notificação de agravos, a gente também tem condição de acompanhar essa situação.

Com relação ainda – desculpe, agora me fugiu...

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Serviço de abortamento legal.

**A SRA. MÁRCIA HUÇULAK** – Do abortamento eu já citei. Nós temos dois serviços na capital, que é o Hospital de Clínicas e Hospital Evangélico, nós precisamos sim...

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – No interior...

**A SRA. MÁRCIA HUÇULAK** – No interior, o Deputado tem razão. Nós não temos ainda estruturado, temos algumas deficiências, mas a nossa proposta é trabalhar para que nossos hospitais universitários, que nós temos em Cascavel, Londrina e Maringá, que são estaduais, já têm uma tratativa nesse sentido com esse serviço, assumam essa função também para fazer o abortamento legal nessas regiões, que hoje ela acaba concentrando na capital. Não é uniforme no Estado ainda.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Drª Marta, eu já concluo.

É que quando a gente faz todo um debate, me veio agora uma outra pergunta que não estava nem... Que diz respeito ao seguinte: a verificação de óbito. Em que regiões são feitas as verificações de óbitos no nosso Estado? Porque a gente sabe que às vezes a causa morte e a verificação do óbito é extremamente importante para identificar a prevenção da violência.

**A SRA. MÁRCIA HUÇULAK** – Eu estava até conversando, cochichando ali uma questão assim. Muitas vezes o que é que acontece Deputado, o senhor tem toda a razão. Ela por exemplo, foi esfaqueada e não vai a óbito no momento. Ela fica trinta dias numa UTI, faz várias cirurgias e vai a óbito.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – E a *causa mortis* é outra. Não é essa

**A SRA. MÁRCIA HUÇULAK** – Sim. Então, se não houver um sistema, se o profissional de saúde, não encaminha-la ao IML, porque é uma morte violenta, e der um atestado de óbito, ela vai falecer por septicemia, por infecção generalizada, e não consta nas estatísticas. Por isso fiz o meu alerta no início da minha fala.

A Secretaria de Segurança Pública é que faz a parte do serviço de verificação de óbito. Não é um informe no Paraná, da mesma forma. Mas temos um trabalhado dentro da Secretaria, com a equipe de vigilância, de investigação desses casos, porque aí a gente tem como levantar o prontuário. Por isso é que eu falo da codificação. Só quem pode fazer a codificação correta é a Secretaria de Saúde. Eu posso fazer essa investigação e codificar diferentemente, como nós fazemos com o óbito materno. Nem sempre vem declarado o óbito materno. Quando investigo, eu codifico como uma morte violenta. Embora tenha vindo septicemia, por exemplo, nesse caso que eu citei, mas eu vou investigar, pela história de prontuário, que ela foi vítima de uma violência, e eu posso recodificar esse atestado, porque a Secretaria tem essa condição, desde que ela faça esse trabalho. Quem não O faz, o dado fica prejudicado.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Obrigada, Drª Márcia.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Última pergunta, Deputada Rosane.

**A SRA. ROSANE FERREIRA** (PV – PR) – Muito rapidamente. Uma das questões que levantou polêmica na nossa plenária foi a questão do tratamento dos agressores. Mas dados são colocados claramente. Um percentual muito grande de agressores têm a sua saúde física e mental comprometida, seja pelo alcoolismo, seja pela dependência química, seja pelos transtornos de saúde mental propriamente ditos, as esquizofrenias, as bipolaridades clássicas.

Eu, como Deputada, fui autora de um projeto de lei que, além de penalizar, quando detectado um problema de saúde, esse agressor também teria que ser condicionado, como uma medida sociopreventiva, socioeducativa, que hoje a gente faz com o adolescente, isso além de criminalizar. Porque nada justifica e nada o exime de culpa, e nada faz com que a mulher continue sendo vitimizada. Isso seria um dos condicionantes, até porque ele pode até deixar essa mulher, ele pode até ser criminalizado, ele pode voltar a constituir nova família e voltar a agredir. E é isso que nós não queremos.

Nós discutimos isso. Aprovei um projeto de lei nesta Casa, nesse sentido, e depois foi vetado com vício de iniciativa.

Então, eu pergunto se há uma sensibilidade na Secretaria com relação a essa situação. E quero ir lá na ponta, Drª Márcia. Nós sabemos, hoje, que quem pode detectar o problema lá no começo são os agentes comunitários de saúde, que saem da comunidade, que conhecem a realidade e, muitas vezes, sabem até por que aquelas mulheres voltam e voltam e voltam para as unidades de saúde, somatizando problemas físicos, em razão do estresse e do problema de violência vivido dentro de casa. Existe um programa, em nível de Estado, para sensibilizar e mostrar a importância de atuarmos preventivamente na questão da violência doméstica?

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Trinta segundos, Drª Márcia.

**A SRA. MÁRCIA HUÇULAK** – Trinta segundos. Vou tentar sem bem breve.

Nós temos, no Paraná, cerca de onze mil agentes comunitários de saúde. Está na nossa pauta – acho que a CPMI impulsiona mais o nosso trabalho – trabalhar toda uma ação com esses agentes. A gente começou a trabalhar agora com mãe paranaense porque a gente acredita que tem toda uma questão também do nascimento, que envolve, que não vou me detalhar, mas toda uma discussão com os agentes comunitários. Sem dúvida, a nobre Deputada é da área de saúde, conhece bem, para nós é fundamental trabalhar o agente, porque ele é a nossa anteninha para dizer que alguma coisa não está bem naquela comunidade ou naquela casa, naquele domicílio. Então está na nossa discussão trabalhar isso com atenção primária, inclusive focando nessa questão. Nós temos oficinas com 35 mil profissionais da área de saúde, que estamos trabalhando em todas as nossas redes. Com certeza, isso vai estar no cardápio de 2013 das oficinas, que vamos trabalhar com atenção primária.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos, Drª Márcia.

**A SRA. MÁRCIA HUÇULAK** – Eu só queria fazer um comentário que fiz à boca pequena. Nós temos um levantamento que, das mortes violentas, tanto acidente de trânsito como os homicídios que envolvem a violência contra a mulher, cerca de quase 70% tem, por trás, o uso abusivo de álcool ou drogas. Quando você também vai investigar aquela citação de violência interpessoal, e aí entram as violências que estão corroborando o seu dado, Deputada Rosana, nós precisamos trabalhar muito nessa frente, porque senão a gente vai continuar gerando uma sociedade violenta, e a gente precisa mudar isso radicalmente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Drª Márcia, pela precisão das informações. *(Palmas.)*

Nós passaremos, agora, para a representação da sociedade civil. Nós queremos explicar por que passamos à sociedade civil para as falas finais: porque elas terão de oportunidade de, ao escutar as autoridades, questionar não apenas da sua visão anterior, mas também das palavras que são colocadas aqui.

Em geral, a gente divide o tempo igualmente para a sociedade civil. Em alguns lugares, é uma pessoa que fala; em outros, são duas. Aqui falarão cinco pessoas: Elza Maria Campos, da União Brasileira de Mulheres; Daraci Rosa, da Marcha Mundial de Mulheres; Heliana Hemetério, da Rede de Mulheres Negras do Paraná; Nitiananda Falvo, do Grupo Doula; e Sandra Lia Bazzo, Presidente da Comissão da Mulher Advogada.

Nós vamos ampliar o prazo para não ser tão restrito, embora eu e Deputado Rosinha tenhamos que sair daqui agora para o voo. Tenho que estar lá às 8 horas para outra CPI. Nós passaremos a Presidência dos trabalhos à Deputada Rosane. E a Senadora vai ter a oportunidade de acompanhar o conjunto das intervenções aqui. Nós recebemos as notas taquigráficas. Pedimos, tanto eu como o Deputado Rosinha, desculpas por termos que nos retirar, porque foi muito mais rica, muito mais ampla do que previmos.

Com a palavra o Deputado Rosinha.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR)– Eu só quero também pedir desculpa por não ficar. Mas uma coisa que é muito interessante – queria só fazer um comentário: eu e a Ana Rita estávamos comentando que a realidade do Paraná é a realidade de todos os outros Estados – com pouca institucionalidade no atendimento da questão da mulher. Não é uma coisa do nosso Estado. É realidade nacional. E, como todos os Estados, eles apresentam um programa para o futuro. Esperamos que esse futuro seja já o próximo ano, porque o Orçamento ainda não foi votado. Há tempo de corrigir esse Orçamento. E a CPMI tem esse papel.

O movimento de mulheres que se organizou para esta CPMI está de parabéns por tudo o que organizou e pelo documento. Eu e a Jô saímos agora, mas a CPI vai continuar até o final do ano, e o movimento tem que continuar agora, junto aos órgãos do Governo, disputando o Orçamento, porque se apresentou um projeto e vários programas aqui e, se não tiver dinheiro, não será executado absolutamente nada. Desculpa por sair, mas tenho ainda que ir a são Paulo porque amanhã tem Mercosul e o Paraguai. Vamos ter que discutir isso ainda. Então, tenho que ir para lá.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Parabéns pelo excelente documento que o movimento de mulheres apresentou à CPMI.

Quero ter a satisfação de passar a palavra à Presidente, Deputada Rosane, que vai se dirigir às presentes aqui. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Rosane Ferreira. PV – PR) – Desde o início, nós sabíamos que a nossa CPMI teria das 14h às 18h para concluir o trabalho, mas os depoimentos foram tão ricos que nós resolvemos postergar. O importante é que a nossa Relatora, a nossa Senadora Ana Rita, aqui está e vai um pouco mais tarde. Mas nós teríamos que finalizar às 18h45min. Nós temos aqui para fazer uso da palavra cinco pessoas ainda. Cinco vezes cinco são 25. É tempo suficiente. Se conseguirmos dar cinco minutos e avisar no final do quinto para que conclua, nós vamos poder otimizar o uso de todo esse horário até para que possamos encerrar às 18h45min. Ok, gente? Está certo?

Convido, agora, para fazer uso da palavra, a Srª Elza Maria Campos, da União Brasileira de Mulheres.

**A SRA. ELZA MARIA CAMPOS** – Boa tarde a todas e a todos. Queremos, inicialmente, destacar que o movimento feminista, o movimento de mulheres tem enorme satisfação de receber aqui, no Paraná, a CPMI; saudar a presença da Jô Moraes, Presidente da CPMI, da Senadora Ana Rita, secretária, da Rosane, Deputada aqui pelo Estado; e dizer, inicialmente, que o movimento social, o movimento feminista reivindica e solicita, já que as demandas do movimento ficaram para o final, que as questões aqui colocadas por nós sejam dirigidas, de forma taquigráfica, para os representantes do Governo para que sejam respondidas também as demandas do nosso movimento. Essa é a primeira questão que a gente reivindica.

A segunda questão que a gente quer colocar é que esse movimento, através do Ria Mulher, a Rede Interinstitucional à Atenção à Mulher em Situação de Violência, construiu um documento de quase 80 páginas – ainda em construção – para demonstrar a realidade que aqui já foi colocada, questionada pelos nossos Deputados, Deputadas acerca da situação da violência contra a mulher, acerca da ineficiência dos serviços aqui colocados.

Entendendo também que a violência contra a mulher é resultado de um Estado patriarcal e machista, que tem historicamente colocado – e algumas falas aqui representadas pareceram também assim –, muitas vezes, a responsabilização pela violência nas mulheres.

Gostaria, ainda, de colocar que essa situação, ainda muito presente na família, no nosso cotidiano, revela, reiteradamente, as mulheres como objetos ou mercadorias, desconsidera as suas habilidades, desconsidera a sua capacidade intelectual e as encara como instrumento de prazer, seres sem direito à autonomia e à liberdade, agravada a situação das mulheres negras, indígenas, lésbicas, as mulheres de população de rua e outras situações.

Nós queríamos aqui dizer, em cima das falas colocadas, que uma das questões que dificultou também a construção do documento, apesar de que, na área da saúde aqui colocada, há um registro bastante significativo... E esse registro e o próprio serviço construído em Curitiba e no Estado também são resultados da luta desse movimento social, desse movimento feminista no Paraná e aqui, em Curitiba.

Queria também dizer que, por outro lado, nós sentimos muito a falta de informações da Secretaria de Segurança Pública. Não há um sistema unificado nessa Secretaria. E aqui ficou muito claro que isso dificulta, muitas vezes, a realização e a implementação de políticas públicas. Não é possível você implementar políticas públicas se não tem informações concretas do cotidiano da vida das mulheres.

Queria aqui, em cima da primeira fala, da Secretaria de Segurança Pública, destacar que, quando ele fala que o combate à violência é um dever do Estado e uma responsabilidade de todos, está embutido, na nossa avaliação, o sentimento de que as mulheres são culpadas pela violência, que a violência deve ser tratada somente no âmbito doméstico e que em briga de marido e mulher não se mete a colher, luta essa combatida, historicamente, pelo movimento feminista de mulheres.

Por outro lado, parece-nos que, na fala do TJ, há um problema: vê seu agressor não como um opressor ou um criminoso, mas como alguém doente e que precisa ser tratado. É claro que precisa ser tratado, mas, em primeiro momento, é preciso que a gente atenda as mulheres em situação de violência. *(Palmas.)* Não podemos relegar o atendimento, a situação de violência. A mulher é violentada, é subjugada, é submetida ao longo do tempo. E isso pode também explicar o baixo número aqui, no Paraná, de condenações.

Outra questão que queria aqui registrar rapidamente é que, no caso da ingerência de bebida alcoólica, o movimento social feminista questiona essa questão. Nós sabemos que isso é um agravo, mas o central é, como a gente disse no início, a cultura patriarcal e machista presente, que naturaliza a violência contra a mulher. Então, acho que esse é um ponto fundamental. Esse é um problema, sim, de doença, mas a questão da violência contra a mulher perpassa todas as classes, todos os segmentos, todas as áreas, as raças, as etnias.

Queríamos aqui dizer, para finalizar, porque temos pouco tempo e eu trouxe companheiras para falar, que ainda permanece na sociedade brasileira uma visão míope de que os crimes cometidos contra as mulheres são crimes passionais, ou seja, justificáveis pelas ações do amor monogâmico opressivo. Para nós, é urgente que o Estado paranaense se volte para maior efetivação das políticas públicas de forma transversal.

O movimento social feminista e de mulheres tem reivindicado a implantação de uma secretaria de política para mulheres. Isso é histórico. *(Palmas.)* E nós sabemos que esse pedido foi engavetado no início deste Governo e precisamos que essa luta seja reaberta.

Para o enfrentamento da violência contra a mulher nós precisamos de orçamento, de fundos públicos e verbas direcionadas para essa questão. E acho que aqui a Senadora levantou muito bem, com prioridade, a questão do pacto. Várias questões colocadas aqui pelas representantes da CPMI atendem à reivindicação do nosso movimento.

Para encerrar a nossa fala, já que temos pouquíssimo tempo, queríamos dizer o seguinte: não entraram aqui dados com relação à violência contra a criança e adolescente, mas, no Paraná, agora, já foram registrados sete casos de violência sexual com mortes, estrangulamentos. É um caso sério. E nós, da União Brasileira de Mulheres, assumimos, junto com o movimento todo, a denúncia.

E queríamos aqui reiterar o bárbaro assassinato da menina Raquel. Já entregamos para a Deputada Jô Moraes e estamos aqui também solicitando à Rosane, que também já encampou essa luta, e à Senadora Ana Rita que essa questão seja colocada como prioridade. Não é possível. Aqui, esse inquérito teve vários problemas. E a gente denunciou essa questão. Há quatro anos a menina Raquel foi assassinada e encontrada numa mala.

E, finalmente, a gente queria dizer que enfrentar e superar a dominação ainda presente nas estruturas do Estado e na sociedade é tarefa central para a pavimentação de um caminho de justiça, de liberdade para as mulheres, que somente poderá ser conquistada com uma emancipação das mulheres, emancipação humana. Para tanto, é necessário políticas públicas, orçamento, atendimento e respeito às nossas mulheres.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Rosane Ferreira. PV – PR) – Rapidamente, Srª Daraci Rosa, da Marcha Mundial das Mulheres.

**A SRA. DARACI ROSA DOS SANTOS** – Boa tarde a todas e todos. Quero também cumprimentar a Rosane, que, neste momento, preside a Mesa, e a Ana Rita; agradecer, embora não estejam presentes, ao Rosinha e à Jô Moraes, que estiveram conosco até o momento; e dizer que, embora a gente esteja agradecida por este momento histórico ímpar e de grande relevância para nós, do Paraná, e para o Movimento de Mulheres.

Estamos tristes por, mais uma vez, ter de fazer uma mobilização para tratar de uma questão que vem sendo, todo ano, tratada aqui no Estado. Todo ano, o Movimento de Mulheres, o movimento feminista, realiza mobilização, vai para a rua, faz marcha, faz audiência, cobra pauta, desta Casa, para audiência pública, e faz as mesmas reivindicações acerca das mesmas questões que, hoje, foram colocadas aqui.

Acho que nós, como movimento, conseguimos fazer um diagnóstico preliminar, porque não conseguimos acessar os dados em tempo. Reivindicamos, cobramos dos órgãos do Governo e não conseguimos ter acesso aos dados oficiais. Então, a gente teve um trabalho bastante intenso para fazer a pesquisa em outros espaços que não só o do Governo.

Então, quero dizer que estamos aqui, mais uma vez, para dizer que não concordamos com a forma como o Estado do Paraná vem tratando as mulheres e, hoje, evidenciou-se, aqui, uma concepção de políticas para as mulheres que não é a concepção que nós, do Movimento de Mulheres, defendemos.

Colocar a questão do agressor num primeiro plano, atenuando com a questão da drogadição, da dependência química, isso nos coloca ... E a questão da responsabilização.

Então, independentemente dessas questões, porque elas atingem todas nós, também as mulheres, as questões das doenças mentais afetam também as mulheres, mas nós não saímos matando.

O machismo mata, e mata todos os dias. É isso que nós queremos combater neste Estado e é por isso que nós estamos, aqui, denunciando a ausência de políticas públicas.

Não implementar políticas públicas para as mulheres, no Estado do Paraná, significa perpetuar o machismo e toda forma de violência contra as mulheres.

Então, evidenciou-se ausência de serviços públicos, a precariedade dos serviços públicos, a desqualificação dos agentes políticos que operam essas políticas.

Então, o não dado, a não... Por exemplo, em relação ao Tribunal de Justiça, com todo respeito à companheira que veio aqui, representando o Tribunal, isso revela exatamente o quê? A forma como o Tribunal de Justiça tem tratado a questão de gênero no Estado do Paraná: traz a companheira sem instrumentalizá-la, sem dar os dados, sem condições de fazer o debate e isso nos constrange como movimento de mulheres, e nos coloca numa situação vergonhosa.

Então, eu gostaria de dizer, em relação ao fato, Secretário de Segurança Pública, que nós, mulheres, sofremos constrangimento sexual todos os dias, por conta de sermos mulheres. Apenas pelo fato de sermos mulheres, somos constrangidas no acesso às políticas públicas, por preconceito, por discriminação. Isso é constrangimento sexual.

O que ele veio falar, aqui, em relação ao atendimento às mulheres que sofrem violência, em 72 horas, é estupro. É esse o nome que se dá, o que nós sofremos cotidianamente. Talvez, o Secretário tenha ficado envergonhado de usar a palavra, mas esse é o crime, e nós queremos que as coisas se evidenciem, que elas não sejam tratadas de forma escamoteada.

Então, quero dizer, também, que embora tenha sido assinado o termo de cooperação técnica em relação à adequação do centro de apoio às mulheres em situação de violência, isso não resolveu. O centro continua precário, ele continua sucateado, nós continuamos não tendo atendimento adequado, continuamos sem equipe qualificada.

Por fim, quero referendar a fala da companheira Elsa e dizer que nós queremos, sim, a Secretaria de Políticas para as Mulheres; que nós não queremos ser tratadas na pulverização das demandas da política de assistência social, que, como já foi destacado aqui, é uma política que tem relevância, tem importância, tem centralidade na família, mas nós queremos o recorte de gênero em todas as políticas orientadas pela Secretaria de Política para as Mulheres e com financiamento público.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rosane Ferreira. PV – PR) – Concedo a palavra a Srª Heliana Hemetério, da Rede de Mulheres Negras do Paraná.

**A SRA. HELIANA HEMETÉRIO** – Eu quero cumprimentar o público e a Mesa na pessoa da Senadora Ana Rita, aos demais participantes e as companheiras do Movimento de Mulheres do Estado do Paraná.

Eu aproveito este momento ímpar para dizer que as mulheres negras estão no topo das estatísticas relativas à violência sofrida pelas mulheres.

De acordo com o registro do Ligue 180, sejam domésticas, sexuais, geracionais, essas violências são referendadas pelo racismo estruturante, que as coloca em posição de inferioridade, subordinação por toda uma vida, não permitindo o acesso a direitos como cidadãs.

O mito da sexualidade negra que, por décadas, definiu e a inda define mulheres negras como as mais *calientes* e sempre prontas para o sexo, as culpabiliza ainda mais quando são vítimas de estupro. Jovens negras são criadas sob a égide desses valores, e, sem elaboração desses papéis impostos, desconhecem essa representação simbólica quanto ao erotismo e à construção desse corpo sexualizado.

Viver em uma sociedade que não dá conta desse racismo, que divide as pessoas como melhores e piores, colocando essas mulheres e jovens no lugar de indiferença, dificulta a apuração das agressões sofridas e a punição desses agressores. O racismo é considerado o eixo de saúde.

Outro item importante é o relativo às mulheres indígenas. Culturalmente, essas mulheres não possuem fortes relações familiares. Além do marido, o cacique tem o poder de decisão quanto à organização dos grupos. Exemplo disso passamos, durante a Conferência Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, quando algumas mulheres indígenas solicitaram ajuda para interferir junto a esses caciques quanto ao uso de anticoncepcionais, que somente pode fazê-lo com a permissão dos mesmos. Temos de perceber essas dificuldades que essas mulheres passam, e as instituições que trabalham com essa população precisam buscar estratégias para efetivar o direito dessas mulheres.

Outro dado que chamo a atenção são para as vítimas de violência da comunidade LGBT. Nós últimos anos aumentou o número de lésbicas, *gays*, travestis e transexuais agredidos e assassinados.

As pesquisas desenvolvidas pelo antropólogo Dr. Luiz Mott, da Universidade Federal da Bahia, da Drª Silva Ramos, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, pelo Centro Latino Americano da UERJ e da Fundação Perseu Abramo mostram que a razão dessa violência está ligada diretamente à orientação sexual e identidade de gênero das vítimas.

Chamo a atenção para o estupro corretivo de mulheres lésbicas e jovens lésbicas, que está cada vez mais acontecendo, principalmente nas cidades do interior, e o que é pior, a mando de familiares: pais, mães e irmãos. E sem respostas, porque como é a mando de familiares, não há investigação, não há punição, fica tudo por isso mesmo.

Vivemos em uma sociedade machista-racista heteronormativa que considera tudo que não seja dessa lógica errado e menos importante.

Quero dizer que, assim como o racismo, a homofobia também é um eixo determinante de saúde. É impossível se ter saúde, ter a sua sexualidade, que é o caminho para o afeto, negado o tempo todo. `

Para encerrar, quero chamar a atenção para as mulheres rurais, para as mulheres quilombolas que vivem em locais distantes, não têm informação e não têm acesso, e que o uso do álcool pelos companheiros agrava ainda mais o quadro de agressões.

As mulheres que vivem nas ruas sem assistência quanto à saúde, e muitas delas têm o vírus do HIV/Aids, sem contar o uso, novamente, de drogas e de álcool, em companhia dos filhos, dando continuidade a uma família que nasce e cresce nas ruas com a inexistência totalmente digna.

E quero chamar atenção para um pequeno detalhe: as companheiras dos policiais civis e militares que têm os agressores acobertados pelo corporativismo dessas instituições. *(Palmas.)*

É preciso que as notificações de atendimento a essas mulheres, boletins de ocorrência, dados de pesquisa, enfim, todo e qualquer instrumento a ser utilizado para coleta de dados tenha cor, etnia, idade, orientação sexual, identidade de gênero e religião. Religião é um dado importantíssimo para constar nessas pesquisas e para que possamos construir políticas públicas sem violações.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Rosane Ferreira. PV – PR) – Nós gostaríamos de ter acesso aos seus apontamentos, Dª Heliane Hemetério.

Parabéns pelo depoimento.

**A SRA. HELIANE HEMETÉRIO** – Está no relatório.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rosane Ferreira. PV – PR) – Está no relatório? Ótimo.

Eu chamo agora – estou meio traumatizada aqui para falar os nomes. mas vamos lá – a Srª Nitiananda Falvo, do Grupo Doula.

**A SRA. NITIANANDA FALVO FUGANTI** – Boa noite.

Eu estou aqui representando o Grupo Doula Curitiba e as mulheres vítimas ou não de violência obstétrica.

Inicio minha fala ressaltando que a melhoria da saúde das gestantes é um dos objetivos do milênio, afirmado pela ONU em 2000. É também preconizada através das recomendações da Organização Mundial da Saúde. Entretanto, o modelo atual de atendimento obstétrico se distancia no cumprimento da meta do desafio global, que prevê essa melhoria na qualidade da saúde da mulher até 2015.

A violência obstétrica faz parte daquele tipo de violência sutil e simbólica que se esconde dentro das instituições. Por essa razão, a violência obstétrica é vista, na maioria das vezes, como rotina, e não como violência. Mas práticas que produzem sofrimento em outro ser humano não podem ser consideradas rotinas, mas, sim, violência.

A diferença em relação às outras formas de violência tratadas aqui é que, com certeza, quase cem por cento do público feminino presente nesta sala já foi vítima de violência obstétrica sem saber.

Cabe aqui dizer que violência obstétrica caracteriza-se pela violência física, moral e emocional que profissionais da saúde exercem contra a mulher em processo de parto dentro das instituições de saúde, seja durante a gestação, trabalho de parto, no próprio parto e também no pós-parto. Alguns exemplos são: agressões morais e físicas, como xingamentos, humilhações, piadas de mal gosto, escárnio, descaso, procedimentos dolorosos, exposição física, contenção, impedimento de ser acompanhada, ser impedida de se movimentar, ser ameaçada, ter seu períneo cortado, receber muitos toques feitos de maneira dolorosa e por pessoas diferentes, abuso sexual, cesáreas que são feitas sem qualquer indicação real, ainda que o médico leve a mulher a acreditar que houve necessidade, ser impedida de ficar com o filho logo após o nascimento e outras tantas formas de violência ainda não citadas.

A despeito das falas dos que insistem em desacreditar essas práticas violentas, o dano causado existe e é muito grave. Ele fere, mutila, tortura, traumatiza e mata.

Não é uma ou outra mulher que passa por isso, são muitas. São muitas e milhares. Uma grande pesquisa nacional da Fundação Perseu Abramo realizada em 2011 chegou a um número espantoso: uma em cada quatro mulheres brasileiras sofre violência no parto. Não há qualquer predominância de classe ou hospital. Pobres ou ricos, nas maternidades particulares ou no SUS, as mulheres estão vulneráveis em um dos momentos mais especiais e importantes da sua vida. Muitas carregam essas marcas para sempre.

Outros relatos extraoficiais de violência no pré-parto, parto e pós-parto podem atingir até 70% de violência obstétrica, e ainda assim a violência obstétrica continua invisível, ironicamente perpetrada por quem deveria cuidar e proteger e facilmente ignorada por quem não sofre com ela.

A falta de preparo e capacitação humana dos profissionais da saúde, o desconhecimento específico da fisiologia do parto e nascimento e a negligência das necessidades da mulher em trabalho de parto levam a tratamentos desumanos, comportamentos absolutamente desrespeitosos e traumáticos. A falta de fiscalização sistemática da qualidade da assistência obstétrica e a falta de identificação da violência que existe de maneira endêmica nos hospitais públicos e privados, assim como o não cumprimento e fiscalização da lei do acompanhante, representam uma violação brutal dos direitos humanos, assim como uma ameaça à saúde materna e neonatal.

Sendo assim, o grupo Doula Curitiba se une à OAB Paraná e a outros movimentos sociais do Estado para mostrar a esta CPMI da Violência contra a Mulher os abusos aos direitos da mulher cometidos sob a forma de violência obstétrica.

Atentamos para a necessidade de realização imediata de campanhas de amplo alcance que abordem o tema da violência obstétrica, a fim de que essa temática se torne pública e passe a ser discutida em nossa sociedade, promovendo, assim, o primeiro passo para a conscientização e mudança dessa cultura opressora, possibilitando, ainda, que a violência obstétrica deixe de ser invisível aos olhos da nossa sociedade e que as mulheres possam romper o silêncio por falta de informação.

Fica, então, a nossa pergunta: Para quais dos órgãos ou entidades aqui presentes – já não mais presentes – devemos reclamar a violência obstétrica que sofremos dentro de nossas instituições hospitalares todos os dias?

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Está aqui presente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rosane Ferreira. PV – PR) – Está presente aqui, olha, até agora. A Secretaria de Saúde está presente desde o início.

**A SRA. NITIANANDA FALVO FUGANTI** – Mas não só a Secretaria de Saúde, quando a gente trata de violência da mulher, a gente fala de todos os segmentos. Porque, se nós mulheres estamos parindo com dor e sofrimento, não é porque somos condenadas pela natureza ou por Deus, mas sim por termos sido violentadas. O parto com prazer é possível, basta que a mulher tenha esse acompanhamento e esse respeito durante todo processo de gravidez, durante o parto e durante o pós-parto. As mulheres precisam ter o apoio de toda sociedade, de todas as entidades públicas aqui presentes, principalmente, e é isso que a gente quer colocar aqui: que as mulheres realmente sejam respeitadas em todo seu processo de vida.

Obrigada. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Rosane Ferreira. PV – PR) – Na sequência, agora, convido para fazer uso da palavra a Drª Sandra Lia Bazzo, Presidente da Comissão da Mulher Advogada.

**A SRA. SANDRA LIA BAZZO** **BARCOINSKI** – Exmª Srª Deputada Rosane Ferreira, que ora preside a Mesa e Exmª Srª Senadora Ana Rita, ilustre Relatora desta CPI. Recebemos com muita satisfação a notícia de que esta CPI estaria no Paraná e envidamos, junto ao Movimento de Mulheres, todos os esforços para que ela fosse organizada da melhor forma possível.

A OAB tem um longo histórico de acompanhamento da situação da violência baseada em gênero no Paraná. Logo após a promulgação da Lei 11.340, a Comissão da Mulher Advogada criou na OAB um grupo de trabalho e estudo para implementação da lei no Paraná. Foi graças a esse grupo, que gestionou junto ao Tribunal de Justiça, que nós temos hoje a Vara de Violência Doméstica em Curitiba e, também pela atuação das nossas colegas em Londrina e pelo grupo Nós do Poder Rosa, que o juizado lá também foi criado. E, junto a isso, ainda tivemos outras ações na área da saúde e na área do Orçamento. Conseguimos inserir na época no Orçamento algumas rubricas, mas nada disso – depois vou mostrar – foi efetivamente implementado, além dos juizados, algumas melhorias nas delegacias.

Nós trazemos hoje o relatório do Movimento de Mulheres e o relatório institucional da OAB, que logo após vou entregar, dando conta de todos esses problemas que já foram apontados pelas colegas que nos antecederam e que talvez justifiquem as falas dos nossos secretários.

Em nosso relatório nós apontamos amplitude, a complexidade do fenômeno da violência de gênero, a questão conceitual – que agora não vem ao caso, até porque todas estamos cansadas – mas a impossibilidade também – e eu acho que aí é um dos pontos mais críticos que nós temos no Estado – a impossibilidade de formular políticas públicas na área da violência de gênero adequadas e eficazes, quando o próprio Governo – não só o estadual, mas o próprio Governo Federal – não tem estatísticas, reconhecem a inexistência de dados oficiais, de estatísticas sistemáticas sobre a violência contra a mulher, de dados confiáveis que permitam conhecer as dimensões da violência de gênero numa determinada sociedade, tanto na sua magnitude quanto nas suas formas de expressão, e os meios empregados em que ela ocorre, em que é praticada.

Denunciamos a ausência de estrutura eficaz de Estado para promover políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero no Paraná. O enfrentamento da violência baseada no gênero requer uma ação intersetorial, interinstitucional, dada a complexidade do problema e o caráter setorizado da estrutura governamental. Então, é imprescindível a existência de um organismo, o Conselho Estadual e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com a principal tarefa de articulação das políticas setoriais e a defesa dos direitos da mulher, para que as ações possam impactar de fato o problema.

O que nós temos no Estado – todos nós sabemos, e isso se repete não sei por quê – é que cada secretaria, cada Poder executa algumas políticas isoladamente, e os serviços não se comunicam. Mais – e isso foi uma surpresa inclusive para mim: nós não temos planejamento no Estado que possa aferir de forma consistente e permanente o resultado dessas políticas, se é que podemos falar em resultado diante dos dados que nos assombram com o mapa da violência.

Além disso, vemos isso tanto na área da segurança pública como na saúde. Fazemos aqui um relatório pormenorizado de que vou poupá-las neste momento.

Nós também trouxemos nesse nosso relatório da OAB alguns dados que complementam o relatório do Movimento de Mulheres, como a questão das privadas de liberdade. O Estado do Paraná só possui uma penitenciária feminina, localizada em Piraquara, que é região metropolitana de Curitiba. Possui também dois estabelecimentos prisionais menores, o Centro de Regime Semiaberto de Curitiba e o Centro de Triagem da Polícia Civil, também em Curitiba.

Isso viola a normativa internacional mais recente sobre o tema. São as Regras de Bangkok, aprovadas pela Assembleia Geral da ONU, em 6 de outubro de 2010. Essas regras são bem claras a respeito do impacto negativo do distanciamento das mulheres encarceradas de suas famílias, recomendando, em duas oportunidades, que os Estados as enviem a locais perto de seus lares ou centros de reabilitação social e que facilitem o contato com seus familiares.

A inexistência de outras penitenciárias no Estado também implica o uso deliberado das delegacias de polícia. Trazemos aqui o relatório da Comissão de Direitos Humanos da OAB tratando da questão das delegacias. Tanto o CNJ quanto a Comissão de Direitos Humanos da OAB verificaram *in loco* a gravidade da situação dessas mulheres, que também está comprovada aqui.

Junto a isso, há a superlotação. Aí, temos também outra violação. Os princípios e boas práticas sobre a proteção das pessoas privadas de liberdade nas Américas, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, estabelece que a ocupação acima daquela prevista deve ser proibida por lei e que, quando violar direitos humanos, deverá ser considerada uma pena ou tratamento cruel, desumano ou degradante para efeitos legais. Nós temos superlotação e insalubridade em pelo menos três ou quatro delegacias no Estado.

Outra questão é que não há separação das presas entre aquelas condenadas e não condenadas, as provisórias, ou por idade e periculosidade. É também uma violação às regras mínimas definidas pela ONU e aos princípios da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Temos a questão da idosa. De acordo com o Ligue 180, central de atendimento à mulher, houve um aumento no maltrato às idosas. No ano de 2011, o ligue 180 registrou 10.704 denúncias e só nos primeiros 3 meses de 2012, esse número chegou a 4.199.

O Disque Idoso, no Paraná, recebeu 22.000 chamadas, no período de outubro de 2003 a junho de 2010, dos quais 9.000 são denúncias de maus tratos, o que significa 40%. As denúncias mais recorrentes foram de negligência e abandono, agressões verbais e psicológicas, apropriação indébita e agressões físicas.

Existe uma outra questão – e estou saltando o meu texto para poupá-las – além de competente para apreciar os casos da violência contra mulher com mais de 60 anos, temos a questão da competência do nosso juizado de violência contra mulher. Além de competente para apreciar os casos contra mulher com mais de 60 anos, o juizado, por sua competência cível e criminal, passa a ter um papel fundamental uma vez que por vezes há uma relação direta de violação física e psicológica sofrida pela vítima idosa, com violências patrimoniais, ou seja, aquela violência é o meio pelo qual se busca obter algum tipo de vantagem ilícita quando o patrimônio é o objetivo final da vítima idosa.

Trazemos junto ao nosso relatório a denúncia de um caso de uma senhora idosa paranaense, que acabou falecendo, sabe-se lá em que circunstâncias, nos Estados Unidos. Houve completo abandono desta mulher por parte do poder público.

A questão da criança e adolescente. A vítima de violência sexual nós trazemos aqui alguns dados do hospital Pequeno Príncipe, que foi onde conseguimos obtê-los, que dão conta de que o número de casos, por gênero, no hospital Pequeno Príncipe, de 2007 a 2011, tivemos 1.036 casos contra criança ou adolescente do sexo feminino e 561 do sexo masculino.

Os principais tipos de agressão, de 2007 a 2011: sexual, 1.079; física, 293; negligência, 234; violência doméstica intrafamiliar, 58% dos casos em 2007 e 66% dos casos em 2008.

Suposto agressor: em 2007, 19% eram os pais; 26% parentes; 17% vizinhos e 11% desconhecidos. Em 2011, 37% são os pais; 21% parentes; 12% vizinhos e 7% padrasto.

Local da agressão: 64% dos casos na casa dos pais – e isso me emociona – em 2011, 55% a casa dos pais. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Rosane Ferreira. PV – PR) – Temos que bater palmas porque é disso que somos feitos, da emoção e da indignação que sentimos. Parabéns Sandra!

**A SRA. SANDRA LIA BAZZO** **BARCOINKI** – Não vejo mérito nisso. Os percentuais trazidos pela instituição hospitalar são de suma importância e apontam que as meninas são as maiores vítimas e que a violência é sexual, perpetrada por seus pais, dentro de seu lar, onde deveriam estar abrigadas, protegidas de qualquer espécie de perigo à sua saúde física e mental.

A rede de atendimento à mulher em situação de violência. Aí reside uma dúvida que não consegui esclarecer: segundo a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, estamos em processo de pactuação e para a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres nosso pacto não está assinado. Esta é a informação que nós temos do *site* da Secretaria Especial da Mulher. A gente discutiu a pouco isto e confirmamos no site, então existe essa...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. SANDRA LIA BAZZO** **BARCOINKI** – O que aconteceu é que quando fomos chamadas aqui, neste plenário, pelo Dr. Rosinha, pela Deputada Rosane Ferreira e demais parlamentares estaduais, confesso para vocês que fiquei pensando se realmente nós mulheres falávamos da realidade das nossas mulheres.

Propus para o nosso presidente a realização de uma consulta à advocacia, porque não teria legitimidade para falar aqui pela Ordem se não tivesse ouvido os meus pares. Fizemos uma consulta muito rápida – sete dias –, tivemos 579 respostas e essa consulta tem dados muito semelhantes a todos aqueles que falamos inclusive aos dados do Mapa da Violência: 65% das mulheres são agredidas na residência – o Mapa da Violência fala em 68% – e assim vai, confirma tudo aquilo que sempre falamos todas as estatísticas que nós temos aí de organismos nacionais. Mas o que me surpreendeu também é que a advocacia ou não conhece ou entende que Rede de Atendimento a Mulher em Situação de Violência é aquela rede judicializada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rosane Ferreira. PV – PR) – Drª Sandra, é com bastante constrangimento, que faço – eu vou para Brasília só amanhã cedo. Mas a Senadora segue...

Infelizmente, eu lamento muito colocar dessa forma.

**A SRA. SANDRA LIA BAZZO** **BARCOINKI** – Só vou falar da questão do orçamento e encerro.

Esses dados estão aqui e depois eu disponibilizo esse relatório para quem quiser.

Só quero falar, além de tudo que foi falado, nós fizemos também uma consulta à Comissão de Gestão Pública da OAB e eu pedi que fizessem uma análise do orçamento do Estado e do Município de Curitiba.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – E do Tribunal de Contas do Estado, também, fazer uma análise.

**A SRA. SANDRA LIA BAZZO** **BARCOINKI** – Essa análise é da Comissão de Gestão Pública da Ordem, tomaram o orçamento; para nossa maior surpresa e talvez isso justifique. Eu vou ler o final da análise que diz o seguinte: “A análise realizada pela Comissão de Gestão Pública, Assuntos da Administração da OAB Paraná, da lei orçamentária do Estado do Paraná de 2012 evidencia um descompasso do Estado com o enfrentamento contra a mulher”.

A única rubrica que menciona a proteção aos direitos das mulheres é genérica e não específica temática, englobando diversas outras políticas públicas de proteção e garantias aos direitos fundamentais, inclusive criança, idoso, tudo que nós conhecemos. E a lei orçamentária do Município de Curitiba não possui nenhuma rubrica especifica para enfrentamento da violência contra a mulher.

A gente faz uma série de recomendações, mas é assim que termino.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rosane Ferreira. PV – PR) – Quero agradecer e passar, rapidamente, a palavra para Senadora que, se porventura, tiver algum questionamento a ser feito que possa fazê-lo, ou então que encerre...

Senadora, se a senhora tiver algum questionamento para os movimentos terá que ser feito brevemente, bem como suas colações finais.

*(Entrega de documentos e foto.)*

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Eu quero aqui fazer um agradecimento, em nome de toda a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, pelo acolhimento que tivemos aqui no Município do Paraná. Quero agradecer à Assembléia Legislativa, que nos acolheu aqui. Quero agradecer muito à OAB, na pessoa da Drª Sandra, que esteve conosco desde ontem, nos acompanhando, nos ajudando na infraestrutura. Ela cedeu uma van para que pudesse nos buscar no aeroporto, levar para o aeroporto, levar ao hotel, fazer as diligências. *(Palmas.)*

Drª Sandra, muito obrigada não só pelo esforço que a senhora fez de construir o documento, mas também de oferecer as condições para que nós pudéssemos transitar aqui na cidade, no dia de ontem e de hoje. Muito obrigada por tudo.

**A SRA. SANDRA LIA BAZZO** **BARCOINKI** – Senadora, não foi à toa.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Sim.

**A SRA. SANDRA LIA BAZZO** **BARCOINKI** – Não foi à toa, graças a Deus. Eu gostaria de ter o compromisso da CPI de retorno para essas mulheres.

Nós estamos estudando, dentro da Ordem, uma maneira de garantir, não só através do Observatório, mas através de organismos internacionais, que o resultado desta CPI seja levado a sério não só no Paraná, mas principalmente aqui que é o nosso Estado.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Muito bem. Muito obrigada.

**A SRA. SANDRA LIA BAZZO** **BARCOINKI** – Não foi à toa. É isto que a Ordem tem a dizer.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Obrigada.

Quero também agradecer a todos os assessores dos Parlamentares deste Estado, do Dr. Rosinha, do Senador Sérgio Souza, da nossa querida Deputada Rosane, enfim, todas as pessoas que colaboraram conosco. Quero agradecer às autoridades que aqui estiveram durante praticamente todo o dia. Algumas permanecem aqui hoje: a Secretaria de Saúde, o Tribunal de Justiça. Enfim, a todas as pessoas, como a nossa companheira lá da Polícia Militar, a Tenente Luci.

**A SRA. (NÃO IDENTIFICADA)** – A Delegada da Mulher também, viu, Senadora.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Quem? A Delegada da Mulher, que está aí.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rosane Ferreira. PV – PR) – A Drª Maritza.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Quero agradecer a todos vocês sem distinção, um agradecimento especial.

Mas, antes, eu quero dizer algumas coisas que eu acho importantes. Primeiro, todos os documentos que vocês estão nos entregando, que entregaram agora, que foram entregues durante a audiência pública, eles estarão disponibilizados no *site* da CPMI.

É claro que vai precisar aí de uns dias, não é isso, Oscar? O Oscar é o secretário responsável para justamente organizar todo este material e colocar no *site* da CPMI, para que vocês possam...

Ele está me dizendo aqui que na quarta-feira já estarão disponibilizados no *site*. Para vocês acessarem, entrem no *site* do Senado do Senado (www.senado.gov.br). Há um *link* que leva vocês para o *site* da CPMI. E aí todos os documentos, inclusive esses que foram entregues agora, estarão lá à disposição de vocês e de todas as pessoas interessadas do Brasil inteiro, para pesquisa, para conhecimento e tudo mais.

Outra coisa que quero afirmar aqui: além dos objetivos pelos quais a CPMI foi criada, que nós informamos aqui no início desta reunião, desta audiência pública, também há outros grandes objetivos. Primeiro, a CPMI quer ser, com certeza, sem a menor dúvida – e vocês deram essa demonstração aqui –, motivadora, de mobilização permanente da sociedade. Vocês se mobilizaram para estar aqui hoje. É importante que essa mobilização permaneça, para que aquilo que foi assumido como compromisso por parte dos poderes públicos aqui possa, de fato, se efetivar no dia a dia.

Então, é importante que a sociedade continue acompanhando, cobrando, sendo parceira, porque a cobrança é uma forma de ser parceira. Se a gente é cobrada, a gente faz as coisas acontecerem de fato. A CPMI tem como objetivo também motivar essa mobilização e, além disso, ser estimuladora, provocadora dos Poderes Públicos.

Olha, gente, por todos os Estados por onde nós estamos passando, acho que o que fica de... A nossa satisfação, além de fazer com que o Estado realmente se movimente para nos dar as respostas, as informações, é porque a gente percebe que o Estado acaba se comprometendo muito mais. Isso a gente já percebeu nos outros Estados e percebemos aqui hoje. Então, é ser de fato estimuladora e provocadora dos Poderes Públicos.

As informações que aqui nós buscamos obter e as respostas necessárias que nós não obtivemos, nós vamos reiterar esses pedidos com prazo determinado para que essas respostas cheguem até nós. Vamos também fazer alguns pedidos de informação. Em função das diligências que foram feitas hoje, algumas coisas nós precisamos saber melhor. Então, serão feitos alguns pedidos de informação pela nossa assessoria para que possamos obter mais dados, mais informações. Então, os órgãos públicos que receberam a visita da CPMI vão receber posteriormente alguns pedidos de informação.

Com relação à fala da nossa companheira aqui sobre a Violência Obstétrica, também encaminharemos alguns pedidos de informação para a Secretaria de Saúde, para que a Secretaria de Saúde também possa nos esclarecer, nos informar sobre esses dados e essas questões aqui colocadas.

É isso por enquanto. É claro que a partir da análise de toda a documentação, se houver necessidade, encaminharemos novos pedidos de informação.

E o caso da Raquel, que eu estava me esquecendo aqui agora... A Raquel é a denúncia que vocês fizeram aqui e por se tratar de uma criança de nove anos, nós vamos encaminhar o caso para a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Câmara Federal, para que acompanhe de perto esse caso. *(Palmas.)*

Era isso que nós gostaríamos de informar.

A CPMI está à disposição, caso vocês precisem de mais alguma informação ou mesmo nos cobrar algum retorno, vocês poderão acessar o *site*. Lá tem um campo onde vocês poderão preencher com informações, com denúncias, com perguntas. Enfim, estamos à disposição de vocês naquilo que for necessário para poder ajudar e contribuir com o trabalho. Se Deus quiser, um dia poderemos fazer novas audiências públicas, não para denunciar, mas para comemorar a redução dos índices de violência contra as mulheres.

É isso.

Muito obrigada a vocês pelo acolhimento.

Um abraço e que Deus continue nos abençoando. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Rosane Ferreira. PV – PR) – Você devolve a palavra a mim?

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Passo a palavra agora...

Só um minuto, gente, porque nós precisamos encerrar formalmente esta audiência pública.

Passo a palavra, então, para a Deputada Rosane, que está no exercício da Presidência desta audiência pública.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rosane Ferreira. PV – PR) – Eu quero rapidamente fazer dos agradecimentos feitos pela Senadora Ana Rita os meus agradecimentos e deixar claro uma questão aqui. Nós somos 12 Deputados titulares e 12 Senadores titulares desta CPMI. São 24 Parlamentares, Congressistas envolvidos com essa causa. Podem ter a certeza absoluta que para muitos deles é a causa principal de luta naquela Casa.

Eu quero agradecer também formalmente à OAB e mais do que agradecer pela logística, pela infraestrutura, pelo delicioso coquetel de ontem, eu quero agradecer à senhora pela emoção que a senhora mostrou aqui nesta tribuna. É essa indignação que vai fazer as mudanças que este País precisa com relação à violência contra a mulher.

Muito obrigada.

Declaro encerrada a presente audiência pública. *(Palmas.)*

*(Iniciada às 14 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 58 minutos)*

Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

Presidente